

compras.gov.pt

Comprar Melhor na Administração Pública

Poupança • Transparência • Eficiência

*As iniciativas incluídas
no Programa Nacional de Compras Electrónicas
são financiadas pela Presidência do Conselho de Ministros
e pelo FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional*

Janeiro 2005

***Apresentação do Portal
www.compras.gov.pt
e Execução do Programa Nacional
de Compras Electrónicas***

Janeiro 2005



compras.gov.pt

Comprar Melhor na Administração Pública

Poupança • Transparência • Eficiência

***Apresentação do Portal
www.compras.gov.pt***

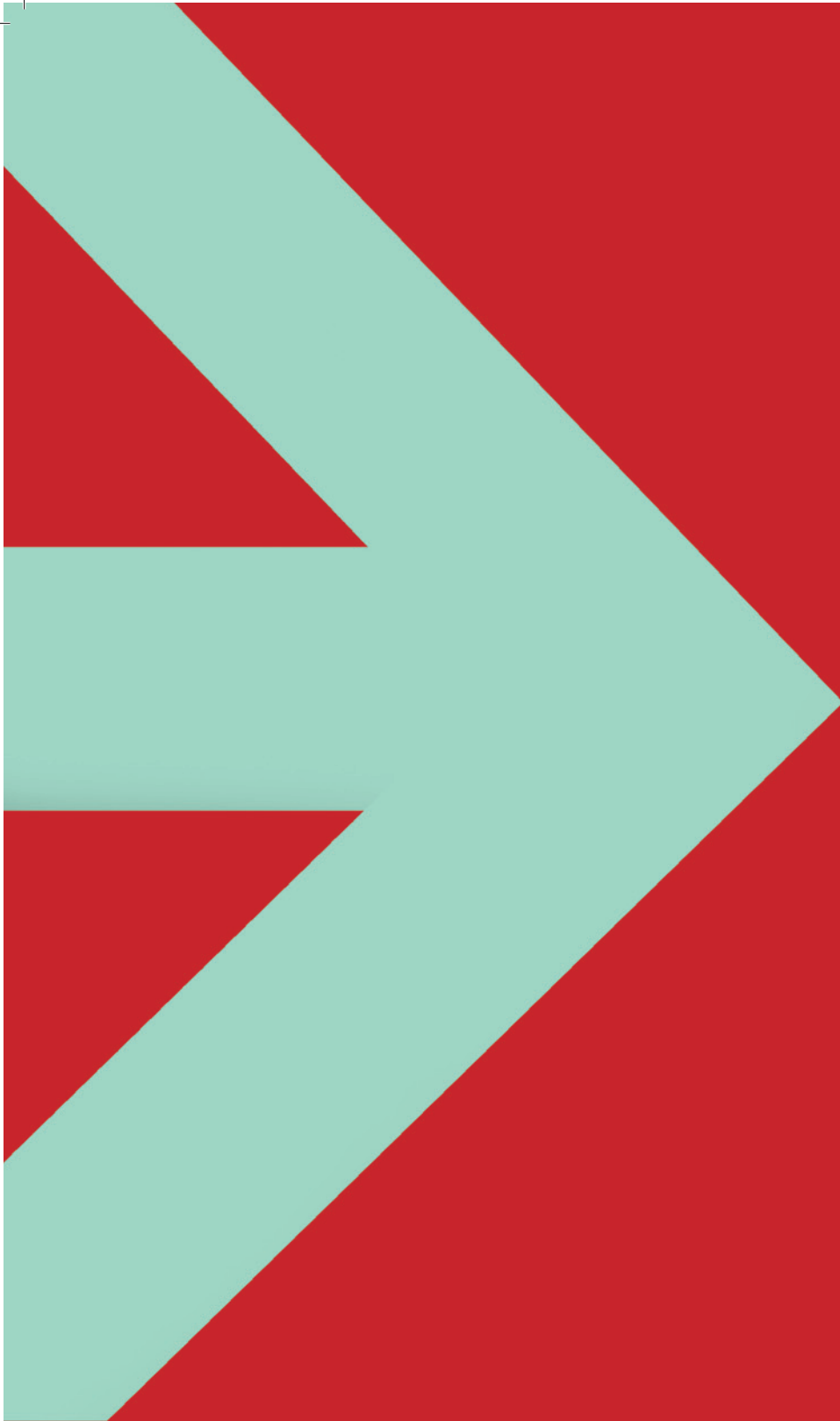
***e Execução do Programa Nacional
de Compras Electrónicas***

Janeiro 2005



PRESIDÊNCIA DO
CONSELHO DE MINISTROS





*As iniciativas incluídas
no Programa Nacional de Compras Electrónicas
são financiadas pela Presidência do Conselho de Ministros
e pelo FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional*

Janeiro 2005



União Europeia
FSE/FEDER



Compras.gov.pt



Taguspark, Edifício Inovação 1, 2º, Sala 124
2780-920 Porto Salvo
Portugal

Telefone: +351 21 391 84 00
Fax: +351 21 391 84 48

umic@umic.pcm.gov.pt
geral@compras.gov.pt

www.umic.gov.pt
www.compras.gov.pt

CONTEÚDOS

UMIC – Principais iniciativas | *pág. 04*

PNCE – Comprar melhor: Poupança, Transparência e Eficiência | *pág. 06*

01.

PROGRAMA NACIONAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS

01.1 **O que é o PNCE** | *pág. 10*

01.2 **Visão e missão** | *pág. 11*

01.3 **10 Características** | *pág. 12*

01.4 **Ponto de situação** | *pág. 16*

02.

INICIATIVAS EM CURSO

02.1 **Portal compras.gov.pt** | *pág. 24*

02.2 **Registo Nacional de Fornecedores** | *pág. 26*

02.3 **Unidade Nacional de Compras** | *pág. 27*

02.4 **Unidades Ministeriais de Compras** | *pág. 28*

02.5 **Enquadramento legal** | *pág. 29*

02.6 **Acordos-quadro** | *pág. 30*

02.7 **Modelo tecnológico** | *pág. 31*

03.

PROJECTOS PILOTO

03.1 **Projectos piloto de compras públicas electrónicas** | *pág. 34*

03.2 **Leilão autárquico** | *pág. 46*

03.3 **Concursos públicos electrónicos** | *pág. 47*

04.

PARA SABER MAIS

04.1 **Links úteis** | *pág. 50*

04.2 **Glossário** | *pág. 58*

04.3 **Perguntas frequentes** | *pág. 62*



UMIC – Principais iniciativas

PNCE – Comprar melhor: Poupança, Transparência e Eficiência

01. PROGRAMA NACIONAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS

02. INICIATIVAS EM CURSO

03. PROJECTOS PILOTO

04. PARA SABER MAIS

Programa Nacional de Compras Electrónicas

www.compras.gov.pt

O Programa Nacional de Compras Electrónicas (PNCE) permitiu que a Administração Pública passasse a utilizar a Internet para proceder às suas compras, tornando este processo mais simples, mais transparente e com poupanças nos custos que, em média, atingem os 30 por cento.



Presidência do Conselho de Ministros, 3 de Setembro de 2003, assinatura dos contratos relativos aos projectos piloto de compras electrónicas.

Criada pela Resolução de Conselho de Ministros 135/2002, de 20 de Novembro de 2002, a Unidade de Missão Inovação e o Conhecimento (UMIC) teve como primeiro objectivo a criação de uma estratégia de desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Governo Electrónico em Portugal, bem como os respectivos planos de acção, monitorização e execução.

Para além do PNCE, a UMIC desenvolveu, entre outras, as seguintes iniciativas:

- **Portal do Cidadão (www.portaldocidadao.pt)**. Desenvolvido em menos de um ano, envolve mais de 120 entidades da Administração Pública, e contou com a colaboração de mais de meio milhar de pessoas, constitui-se como a porta de entrada para mais de 700 serviços. O Portal do Cidadão tem gerado, mensalmente, uma média de mais de 3 milhões de *pageviews*. Para além de uma nova homepage, está em curso a criação do portal móvel. Ainda neste âmbito, decorre, com o envolvimento da SEAP, o programa interministerial de **Reformulação de Processos**, que visa mudar procedimentos e disponibilizar novos serviços públicos em linha.
- **Massificação da Internet de Banda Larga**. Este objectivo enquadrou alguns dos mais emblemáticos projectos desenvolvidos pela UMIC tais como:
 - i) A Iniciativa **e-U/Campus Virtuais (www.e-u.pt)**, com a criação de verdadeiras comunidades virtuais (acesso à Internet e webização de serviços e conteúdos) em todas as Universidades e Politécnicos;
 - ii) A promoção de **Internet de banda larga nas escolas**, abrangendo 9.000 estabelecimentos de ensino básico e secundário em todo o país;
 - iii) A promoção de uma nova rede de super banda larga que ligará a 10 Gbps, as universidades, numa primeira fase as de Lisboa, Coimbra, Aveiro, Porto e Braga (cabo de fibra óptica já comprado e instalado pela FCCN)
 - iv) a promoção de mil novos **postos públicos de acesso à Internet** e edição do primeiro Guia dos Pontos Públicos de Acesso, que disponibiliza informação sobre 2600 pontos, de iniciativa pública e privada
 - v) a definição e promoção do conceito de **Redes Comunitárias de Banda Larga**, cuja construção será financiada pelos fundos estruturais
- **Biblioteca do Conhecimento online (www.b-on.pt)**. Lançada em Abril, permite o acesso da comunidade académica e científica à pesquisa e ao texto integral de 3.500 publicações científicas. Nos primeiros seis meses de funcionamento da B-On.pt foram contabilizados mais de um milhão e meio de *downloads* de artigos. Aprovado o reforço do investimento, por forma a disponibilizar, em 2005, mais de 12.000 títulos.
- **Comunicações na Administração Pública**. Levantamento do estado das Comunicações na AP, elaboração e aprovação pela Resolução de Conselho de Ministros 131/2004, de 22 de Dezembro, do Guia para as Comunicações na AP. Aprovação do Decreto Lei 1/2005, de 4 de Janeiro, que estabelece as regras para a contratação de bens, serviços e redes de comunicações electrónicas. Apoio na realização de projectos de racionalização de custos nas comunicações em diferentes ministérios. A reformulação do Programa Operacional Sociedade da Informação, no âmbito da *mid term review* do 3º Quadro Comunitário de Apoio, dará origem ao Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, com orçamento reforçado e novas áreas de intervenção.
- **Voto electrónico (www.votoelectronico.pt)**. Foi desenvolvido em conjunto com o Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE) e a Comissão Nacional de Eleições (CNE) um projecto piloto de voto electrónico, nas últimas Eleições Europeias, em nove freguesias, colocando em teste três tecnologias e abrangendo a participação de 9.500 eleitores.



O PNCE é um programa de modernização a 3 anos (Setembro de 2003 a Dezembro de 2006), transversal a toda a administração pública, que visa melhorar a forma como Estado compra.

O novo modelo de compras públicas centraliza nas secretarias-gerais as aquisições de cada Ministério. Permitirá a racionalização das estruturas de compras e a eliminação das duplicações orgânicas e de processos.

O **Programa Nacional de Compras Electrónicas** (PNCE) é um programa de modernização do processo aquisitivo público a 3 anos (de Setembro 2003 a Dezembro de 2006), transversal a toda a Administração Pública e com o envolvimento dos agentes económicos, que visa melhorar a forma como Estado e as empresas compram, pela prossecução dos seguintes objectivos:

- i) realizar poupanças estruturais significativas;
- ii) promover a transparência no processo aquisitivo público;
- iii) facilitar o acesso das PME's ao mercado público;
- iv) estimular o desenvolvimento do comércio electrónico na economia portuguesa.

Para a implementação do Programa Nacional de Compras Electrónicas foi estabelecida uma abordagem incremental, baseada, numa primeira fase, no resultado das experiências testadas na realidade nacional através de projectos piloto, na conceptualização detalhada dos principais projectos estruturantes e no estabelecimento de condições para a criação da futura Unidade Nacional de Compras.

Estão neste momento em curso cerca de 25 projectos interdependentes que podem ser classificados segundo 3 tipologias: projectos estruturantes (ou nucleares), projectos de implementação focalizada (*quick wins*) e projectos de suporte.

Entre os projectos estruturantes em desenvolvimento encontram-se o **lançamento de novos acordos-quadro**, realizados em parceria com a Direcção Geral do Património, e o **desenvolvimento do modelo tecnológico de suporte às compras públicas electrónicas** o qual passa, nomeadamente, pelos seguintes projectos: **Portal Compras.gov.pt**, **Registo Nacional de Fornecedores**, **Plataforma de Concursos Públicos Electrónicos**, **Sistema de Gestão Catálogos Electrónicos** e **Sistema de Informação Estratégica de Compras**.

A implementação do novo modelo de compras públicas passa pela reformulação do modelo organizacional das compras públicas através da criação da **Unidade Nacional de Compras (UNC)** e das **Unidades Ministeriais de Compras (UMC)**. Este modelo, desenvolvido conjuntamente com a DGP (Direcção Geral do Património) e com a DGAP (Direcção Geral da Administração Pública), tem como principal objectivo a centralização nas secretarias-gerais do processo de *sourcing* de cada Ministério o que permitirá a racionalização do número de estruturas de compras e da eliminação das duplicações orgânicas e de processos.

Dos projectos de suporte desenvolvidos até ao momento destaca-se a preparação de documentos para a **adequação do enquadramento legal**. Este projecto deu o seu fruto com a aprovação em Conselho de Ministros de um novo diploma que vem introduzir algumas medidas no regime de aquisição de bens e serviços por via electrónica por parte dos organismos públicos. O diploma prevê que a **aquisição de bens e serviços** - regulada pelo Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho - **deva ser efectuada por via electrónica**, salvo quando tal se revele impossível ou excessivamente oneroso. Tratando-se de um diploma que contém normas técnicas, foi aprovado na generalidade, decorrendo agora um prazo de três meses para comentários dos Estados-membros.

Ainda em 2004, foi desenvolvida a **estratégia nacional de sourcing** bem como a **estimativa de poupanças** e o **sistema de monitorização** associados a esta estratégia. Foram ainda desenvolvidas **acções de formação** sobre negociação (lecionadas por um professor da escola de gestão do INSEAD) e *sourcing* para 90 quadros da Administração Pública com responsabilidades específicas na área de compras dos principais organismos envolvidos nos projectos piloto.

A primeira fase da implementação do novo modelo de compras públicas, definido no Programa Nacional de Compras Electrónicas, baseou-se em projectos de implementação focalizada. Destacam-se,

nesse contexto, os **projectos piloto** de compras públicas electrónicas de âmbito restrito (em termos de produtos e organismos envolvidos) desenvolvidos na Presidência de Conselho de Ministros, no Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança, no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicação, no Ministério da Educação, no Ministério da Justiça, no Ministério da Saúde, no Ministério das Finanças e da Administração Pública e no Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas.

Durante os projectos piloto foram efectuadas 27 negociações das quais se obteve em média 30% de poupanças sobre os produtos intervencionados. A poupança alcançada em termos absolutos foi de cerca de 3,5 M€, tendo estado na base das negociações apenas 1% da despesa de cada Ministério. Esta poupança resulta apenas do ganho de preço considerando o efeito de agregação, não inclui a poupança resultante do efeito de alisamento de preço (abertura das negociações ao preço da entidade que comprava mais barato). Esta poupança também não tem em consideração as poupanças de processo, que são igualmente significativas e têm um âmbito estrutural.



Os projectos piloto estão neste momento na sua **fase de generalização**, formalizada através da criação de Unidades Ministeriais de Compras tais como as que já foram constituídas no Ministério da Segurança Social da Família e da Criança, no Ministério da Educação e no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Também as autarquias começam a dar os primeiros passos nas compras electrónicas. No dia 20 de Dezembro de 2004, em Viseu, realizou-se o primeiro **leilão autárquico**, onde participaram 15 autarquias que obtiveram poupanças de cerca de 35% na compra de papel.

No **portal compras.gov.pt**, é possível saber mais sobre todos os projectos em curso e ainda:

- consultar e subscrever o serviço de alertas de anúncios de aquisição publicados em Diário da República;
- consultar os catálogos actualmente existentes (Catálogo Telemático de Aprovisionamento Público - CTAP e Catálogo de Aprovisionamento da Saúde – CAPs) e os contactos dos responsáveis pelo aprovisionamento nos diferentes organismos da Administração Central;
- efectuar o pré-registo por parte das empresas interessadas em dar a conhecer o seu ramo de negócio e contactos às entidades da Administração Pública;
- conhecer as últimas actualidades, toda a legislação nacional e comunitária, informações, links e documentação sobre compras públicas.





PNCE
***Programa Nacional
de Compras Electrónicas***

01.



01.1

O QUE É O PROGRAMA NACIONAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS

O PNCE pretende ser o principal instrumento de coordenação estratégica e operacional das políticas do Governo para o desenvolvimento das compras electrónicas em Portugal.



A maioria dos países europeus criou unidades nacionais de compra nos anos 90. Os casos de excelência são os da Itália, Reino Unido, Irlanda, Alemanha, Áustria e Noruega.

O Programa Nacional de Compras Electrónicas faz parte integrante do Plano de Acção para o Governo Electrónico (RCM 108/2003 de 12 de Agosto), estruturado em sete eixos de actuação:

- . Serviços Públicos Orientados para o Cidadão;
- . Administração Pública Moderna e Eficiente;
- . Nova Capacidade Tecnológica;
- . Racionalização de Custos de Comunicações;
- . Gestão Eficiente de Compras;
- . Serviços Próximos dos Cidadãos;
- . Adesão aos Serviços Públicos Interactivos.

Aprovado pela RCM 111/2003 de 12 de Agosto, o PNCE pretende ser o principal instrumento de coordenação estratégica e operacional das políticas do Governo para o desenvolvimento das compras electrónicas em Portugal. Tem como principais objectivos:

- i) Promover a eficiência do processo aquisitivo público, gerando ganhos e poupanças estruturais, facilitando e alargando o acesso das empresas ao mercado de compras públicas e aumentando a transparência e a qualidade de serviço prestado;
- ii) Criar dinâmicas de modernização junto dos agentes económicos, promovendo a sua competitividade e produtividade e induzindo a adopção de novas práticas de comércio electrónico a nível nacional.

O Governo entende ser necessário acelerar a adopção dos procedimentos electrónicos no procedimento aquisitivo público e no tecido empresarial tendo em consideração a importância da matéria e a desvantagem de Portugal face a outros Estados Membros da União Europeia.

A evolução internacional do sector das compras públicas é inequívoca e tem sido muito rápida. Desde os anos 90 que os governos europeus estão a formar estruturas multidimensionais, exclusivamente dedicadas, apetrechadas por quadros de topo e especializados.

Estas estruturas são muito focalizadas, orientadas por objectivos e com elevado grau de autonomia. Têm dimensão considerável: em média, mais de 300 quadros. A principal estratégia baseia-se em centralizar a política de *sourcing* e coordenar transversalmente toda a Administração Pública. As principais categorias centralizadas são o economato, mobiliário, TI, telecomunicações e automóveis.

Os casos europeus mais conhecidos são os de Itália, Reino Unido, Irlanda, Alemanha, Áustria e Noruega. Os resultados são rápidos e de grande dimensão:

- O Reino Unido formou o OGC (Office of Government and Commerce) em 2000. Poupou 2.400 M€, entre Abril de 2000 e Março de 2003, acima do objectivo estabelecido de 1.000 M€;
- A Itália formou uma estrutura em 2000. Poupou 2.300 M€ em 2002 e 3.700 M€ em 2003;
- A Áustria criou uma “Unidade Nacional de Compras” de tipo empresarial dependente do Ministério das Finanças e poupou 12% da sua despesa transversal com duas “vagas” de *sourcing*;
- A França decidiu recentemente centralizar a aquisição de bens e serviços no valor de 1.900 M€;
- Na Irlanda, as poupanças estimadas de 700 M€ foram recentemente criticadas por serem conservadoras.

VISÃO E MISSÃO

01.2

O desenvolvimento das compras electrónicas em Portugal deve orientar-se por objectivos claros, transparentes e que sirvam para mobilizar a Administração Pública, os agentes económicos e a sociedade em geral. O PNCE, enquanto documento orientador e estruturante das linhas de acção para a implementação dos processos aquisitivos públicos electrónicos, estipula uma visão, uma missão, metas e objectivos estratégicos.

Visão. A utilização de meios electrónicos no processo aquisitivo público (compras electrónicas) irá gerar poupanças estruturais e ganhos de eficiência nas compras do Estado, aumentar a transparência e a qualidade no serviço prestado por este e facilitar e alargar o acesso das empresas - grandes e pequenas - ao mercado das compras públicas.

A realização da visão para as compras electrónicas implica que em 2006:

- A função compras na Administração Pública tenha sido reestruturada e os seus organismos reorganizados envolvendo: i) a eliminação de funcionamento em silos, através de articulação transversal; ii) a coordenação/centralização de políticas e processos a nível central na Administração Pública, bem como a coordenação/centralização dentro de cada ministério;
- Os processos de compras tenham sido: i) simplificados e eliminados os processos redundantes; ii) uniformizados e automatizados, suportados por processos electrónicos (mín. 50%);
- Existam plataformas electrónicas flexíveis e interoperáveis que suportem a função compras da Administração Pública a nível central e a nível descentralizado, com integração de *back office* e que permitam alimentar um sistema de informação de compras;
- Os funcionários públicos estejam plenamente habilitados sobre compras electrónicas;
- O processo de contratualização pública seja transparente e público em todas as suas fases;
- O acesso ao mercado público seja mais aberto, especialmente para as PME's;
- Tenham sido realizadas poupanças de centenas de milhões de euros;
- Tenha sido dado um contributo significativo para o comércio electrónico em Portugal, tornando a nossa economia mais competitiva.

Apesar de caber ao sector privado o papel de motor do desenvolvimento da Sociedade da Informação - nomeadamente do comércio electrónico - o Estado deve assumir um papel impulsionador com o objectivo de suscitar um ambiente favorável ao investimento privado e à mobilização das competências dos portugueses por forma a adoptarem os procedimentos electrónicos na gestão da cadeia de compras.

Missão. Para que a visão se concretize, cabe ao Estado actuar primordialmente nas seguintes vertentes:

- Liderar o processo de adopção das compras electrónicas, actuando deste modo como catalisador de toda a economia nacional;
- Promover a confiança dos cidadãos e das organizações nos mecanismos de contratação electrónica;
- Utilizar os meios necessários para sensibilizar, instruir e apoiar as empresas e os cidadãos na adopção da contratação electrónica;
- Garantir uma infra-estrutura tecnológica de suporte às necessidades nacionais, nomeadamente através da criação de um Portal Nacional de Compras Electrónicas;
- Fortalecer o mercado, promovendo a qualidade da oferta de serviços de suporte às compras electrónicas;
- Assegurar a actualização do enquadramento legal necessário ao desenvolvimento das compras electrónicas;
- Mobilizar as capacidades do sector privado para a implementação deste Programa Nacional.

Apesar de caber ao sector privado o papel de motor do desenvolvimento da Sociedade da Informação, o Estado tem de assumir um papel impulsionador criando um ambiente favorável ao investimento privado e à mobilização das competências dos portugueses.



01.3

10 CARACTERÍSTICAS DO PNCE

1. Aposta multifacetada

O PNCE refere-se tanto à tecnologia como à função compras. Não é apenas uma aposta tecnológica, mas uma aposta multifacetada, onde coexistem cinco dimensões de actuação: organizacional, processual, legislativa, tecnológica e económica.



Fonte UMIC

2. Processo de transformação

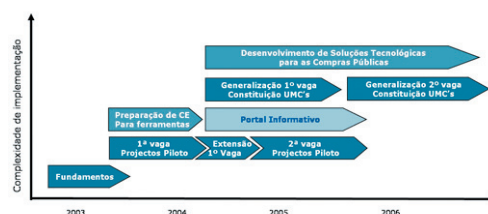
A implementação dos projectos previstos para o PNCE implica um processo de transformação nas compras públicas e não de incremento ao *status quo*. Requer uma atitude de desafio às práticas existentes, de inovação e experimentação de soluções novas, de proactividade na gestão da mudança e da criação de uma cultura de orientação para resultados concretos, ou seja, o desenvolvimento da liderança organizacional.



Fonte Umic

3. Programa a três anos com resultados em crescendo

É um programa a três anos, de Setembro de 2003 a Dezembro de 2006, onde a mobilização e os resultados vão crescendo ao longo do processo, concentrando-se na parte final, tendo em atenção o hiato entre as intervenções de fundo e os seus impactos.

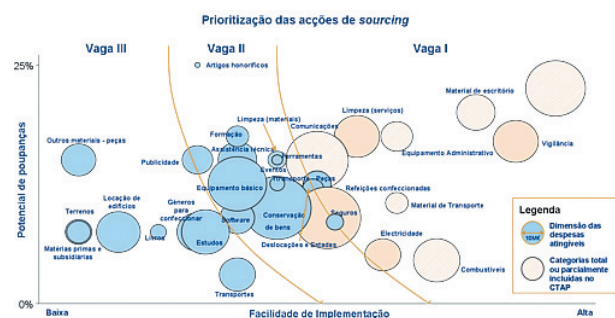


4. Implementação faseada

Deverá ser adoptada uma abordagem incremental que simultaneamente acumule o resultado de experiências internacionais e de práticas testadas na realidade nacional através de pilotos. Esta evolução gradual permitirá alcançar e consolidar fases incrementais de benefícios, ao mesmo tempo que facilita a adopção dos novos processos e práticas de compras, potenciados pela utilização dos meios electrónicos.

A abordagem incremental aplica-se igualmente e de forma decisiva à gestão estratégica de compras (*sourcing*) a implementar em três vagas.

As vagas foram definidas pelo cruzamento da facilidade de implementação e do potencial de poupança de cada categoria, sendo a primeira vaga a categoria a implementar em primeiro lugar uma vez que alia um elevado potencial de poupança com uma elevada facilidade de implementação.



Fonte UMIC/A. T. KEARNEY

10 CARACTERÍSTICAS DO PNCE

Modelo Tradicional

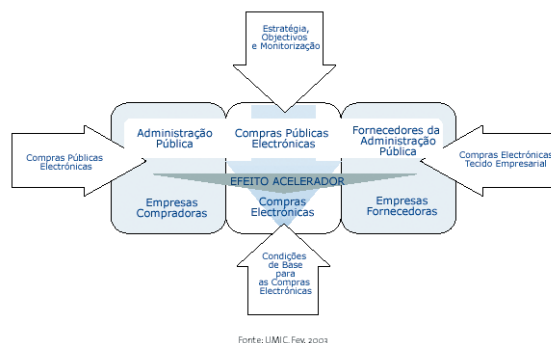


Modelo Novo



5. Sustentabilidade da mudança

O programa visa a sustentabilidade da mudança e dos ganhos obtidos, mais do que a obtenção de ganhos imediatos e não repetíveis. Está integrado no Plano de Acção para o Governo Electrónico e assenta na transversalidade de actuação ao nível da função compras da Administração Pública.



Fonte: UMIC, Fev. 2003

6. Quatro prioridades de actuação

O PNCE define as seguintes prioridades de actuação:

- Prioridade 1: Estratégia, objectivos e monitorização;
- Prioridade 2: Compras públicas electrónicas;
- Prioridade 3: Compras electrónicas no tecido empresarial
- Prioridade 4: Condições de base para a generalização das compras electrónicas.

Projectos Estruturantes		Quick Wins e Implem. focalizada	
Unidade Nacional de Compras	LMC's (Generalização)	1ª Vaga 8 Projectos Pilotos PCM, MSST, MOPTH, MJ, MS, MED. + MF e MADRP	3 Projectos Sectoriais Saúde, Defesa, Obras Públ. +
Lançamento de Novos Acordos Quadro			
Portal Compras.gov.pt			
SIC	Registo Nacional de Fornecedores		
	Integração Tecnológica	Concursos Públicos	2ª Vaga 8 Projectos Pilotos
	Catálogos Electrónicos		Autar Quias
Projectos de Suporte, Comunicação, Sensibilização / Generalização			
Adequação do enquadramento legal	Estimativa de Poupanças e Sistema de Monitorização		
	Re-organização de sourcing e de processos de transacção		
	Acções de Formação e Gestão da Mudança		
	Sistema de Incentivos PME		

■ Projectos em desenvolvimento UMIC / DGF
 ■ Projectos em desenvolvimento financiamento UMIC
 ■ Projectos em desenvolvimento financiamento POSI

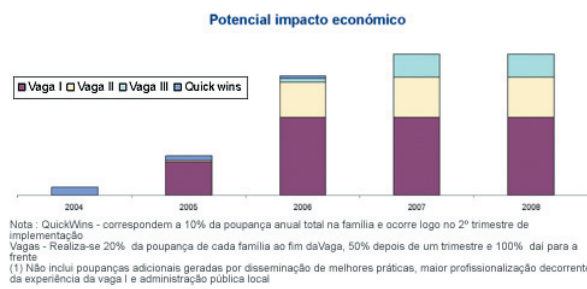
7. Três tipos de projectos

Os projectos do Programa Nacional de Compras Electrónicas subdividem-se em três tipos: estruturantes, quick wins e de suporte.

10 CARACTERÍSTICAS DO PNCE

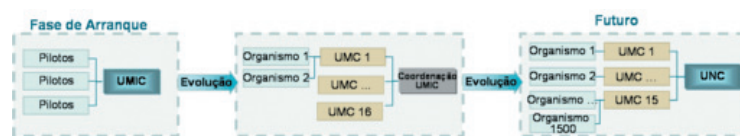
8. Focalização nos resultados

A implementação do PNCE está focada na obtenção de resultados, incluindo a concretização de poupanças financeiras estruturais e sustentáveis para a Administração Pública, adoptando como ponto de referência de partida e actualizável um valor de poupança anual entre 129 milhões de euros e 267 milhões de euros.



9. Novo modelo orgânico

O modelo organizacional proposto para as compras electrónicas, em que a liderança e a definição de estratégias se encontram centralizadas na Unidade Nacional de Compras, está sustentado na gestão centralizada da função compras a nível ministerial (Unidade Ministerial de Compras).

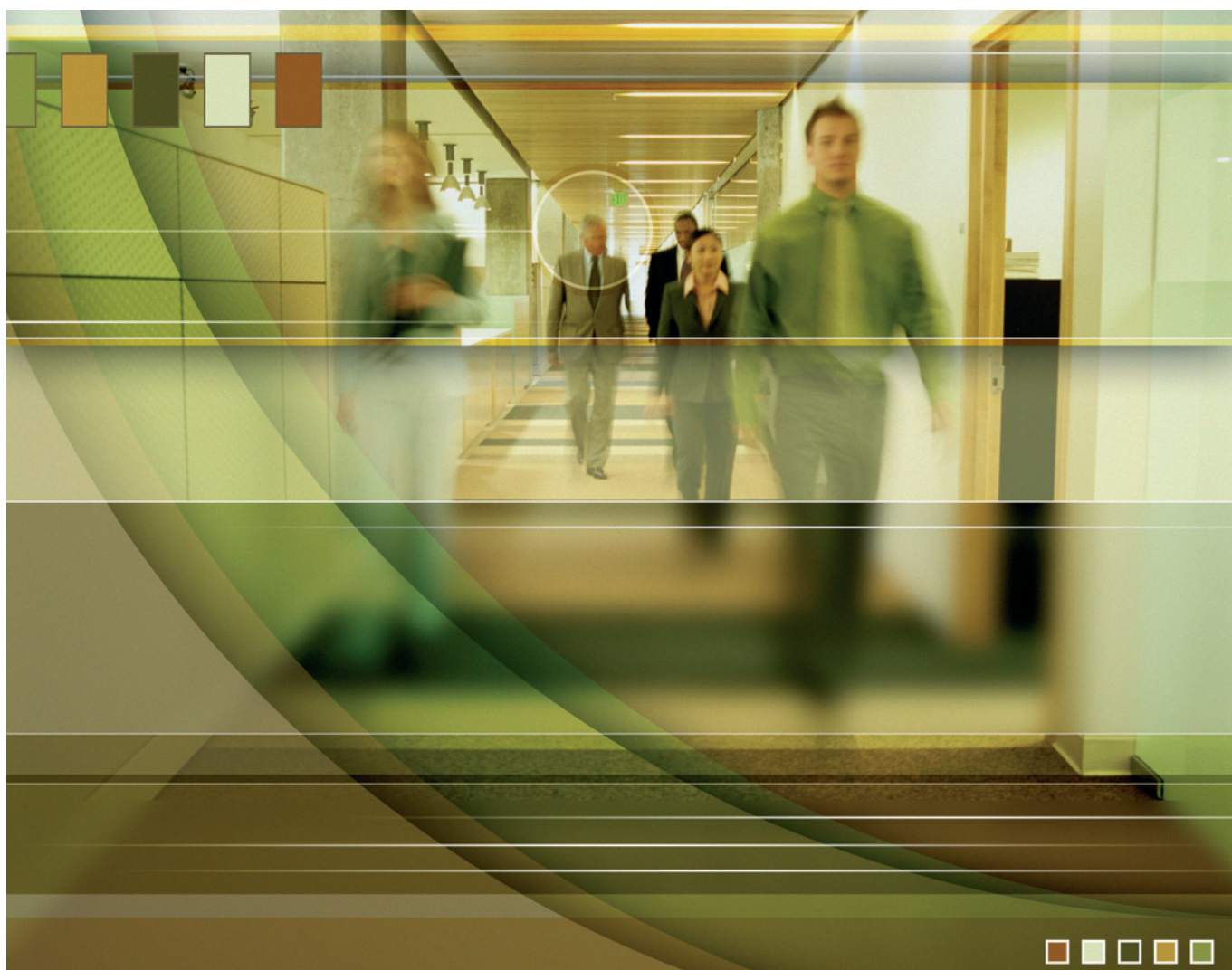


10. Política de compras ao nível de cada categoria

A política de compras do PNCE é definida a nível de cada categoria de bens e serviços e de forma não generalizada (seguindo uma combinação de estratégias de compras para cada família).

Explorar o poder de compra (tradicional)	Criar vantagem competitiva (avanzado)
<ul style="list-style-type: none"> Reduzir o número de fornecedores Agrupar o volume de todos os departamentos Redistribuir volumes pelos fornecedores Agrupar volume de diferentes grupos de aprovisionamento Desenvolver alianças com outros compradores Uniformizar produtos/serviços 	<ul style="list-style-type: none"> Racionalizar/uniformizar materiais/produtos e serviços Substituir materiais/produtos e serviços Analisar o valor do produto Examinar o custo do ciclo de vida Desenvolver contratos de longo prazo
<ul style="list-style-type: none"> Comparar internamente os melhores preços de fornecimento Respeitar preços Fazer ofertas competitivas Comparar o custo total entre os potenciais fornecedores Desenvolver contratos de longo prazo 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar reengenharia de processos Optimizar o fluxo físico de materiais Integrar logística Desenvolver contratos de longo prazo Panilhar ganhos de produtividade
<ul style="list-style-type: none"> Expandir a base geográfica de fornecimento Examinar novos fornecedores Aproveitar flutuações de mercado Aproveitar incentivos comerciais 	<ul style="list-style-type: none"> Analisar custos competitivos Ajustar o nível de integração vertical Criar alianças Estabelecer <i>joint ventures</i> Desenvolver parcerias estratégicas Desenvolver novos fornecedores

Fonte UMIC/A.T.Kearney



*Mais do que tecnologia, um programa que mobiliza **pessoas** e está a alterar os **processos** de trabalho da Administração Pública*

01.4

PONTO DE SITUAÇÃO

Em relação às metas definidas no PNCE, verifica-se uma implementação com um elevado nível qualitativo e quantitativo, e uma grande aderência às metas temporais definidas. No entanto alguns dos projectos apresentam um ligeiro atraso no calendário previsto, devido essencialmente ao arranque da implementação só ter sido iniciada em Setembro de 2003 [tendo a data de aprovação do PNCE (redigido em Abril) ocorrido em Julho, seguido de publicação em Agosto] bem como à decisão de favorecer aplicações piloto antes de implementar as soluções finais.

Metas para 2004	% realizado	Observações
Definição de metas de poupança na Administração Pública resultante do PNCE	100%	Foram definidas metas calendarizadas, por ministério e por categoria de bens e serviços: 10 famílias de bens e serviços, numa primeira vaga de poupança; 14 famílias numa segunda vaga; e 8 famílias numa terceira vaga.
Definição de um sistema de monitorização	60%	Concebido o sistema, desenvolvida a ferramenta, e testada a sua aplicação nos projectos piloto. A sua aplicação genérica na Administração Pública aguarda generalização nos ministérios e a criação da Unidade Nacional de Compras.
Definição do modelo organizacional para as compras da Administração Pública.	70%	Definido todo o edifício orgânico de suporte à função compras da Administração Pública com base nas Unidades Ministeriais de Compras (UMC) e na Unidade Nacional de Compras (UNC). Definido o modelo das UMC que tem servido de guia às reestruturações em curso em vários ministérios (implementadas no ME, MSSFC e MOPTC). Definidos os diplomas legais de suporte. Aguarda-se aprovação formal de detalhes apresentados.
Disponibilização de um portal informativo sobre compras electrónicas	100%	Desenvolvido com 6 áreas de interesse: Programa Nacional de Compras Electrónicas, Aprovisionamento Público, Notícias, Projectos, Legislação e Saiba Mais. A sua componente transaccional tem a sua implementação prevista para 2005.
Novo DL que estabelece o regime de aquisição de bens e serviços por via electrónica na Administração Pública	Contínuo	Aprovado pelo Conselho de Ministros de 11 de Novembro na generalidade e enviado para a Comissão Europeia para o cumprimento dos processos de audição legalmente previstos de notificação prévia. Este Decreto-Lei estabelece o regime de aquisição de bens e serviços por via electrónica na Administração Pública; esclarece o regime de prova e a obrigatoriedade da conservação da ordem de chegada dos documentos por ordem cronológica; estabelece a obrigatoriedade da publicitação dos anúncios publicitados no D.R. no Portal de Compras Públicas; adapta a sessão de negociação ao entorno electrónico; conforma o acto público ao procedimento electrónico. Com a recente aprovação e publicação das novas Directivas Europeias relativas a esta matéria, será constituído o Grupo de Trabalho para a sua transposição que arrancará em 2005 .
Operacionalização de projectos-piloto em ministérios	100%	Desenvolvido entre Setembro de 2003 e 31 de Março de 2004. Decidida extensão até Fevereiro de 2005, para período de transição para a generalização, por forma a: <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a constituição da UMC; • Redefinição de processos - Centralização do processo de <i>sourcing</i>; • Manutenção da plataforma de compras electrónicas; • Preparação de procedimentos aquisitivos centralizados para o ano de 2005.
Criação de sistemas centrais: registo nacional de fornecedores, concursos públicos electrónicos, gestão de catálogos electrónicos e negociações dinâmicas	50%	Registo Nacional de Fornecedores: definido o modelo estratégico e lançado o procedimento a adjudicar no início de 2005. Ferramenta de Concursos Públicos Electrónicos: disponível no Portal das Compras e definida a sua utilização em vários procedimentos piloto ainda em curso. Negociações Dinâmicas e Gestão de Catálogos Electrónicos: testadas as ferramentas de Prestadores de Serviço B2B que apoiam os projectos-piloto.

De seguida apresenta-se um ponto de situação projecto a projecto, organizado de acordo com as quatro prioridades definidas (ver capítulo anterior).

Prioridade I - Estratégia, Objectivos e Monitorização

Designação	Data Prevista	% Realizado	Reporte de implementação
I.1. Programa Nacional de Compras Electrónicas	2003	100%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Aprovado em Conselho de Ministros, RCM 111/2003 de 12 Agosto Entidades Envolvidas: UMIC, consulta Task Force Compras Electrónicas Próximos Passos: Brochuras, divulgação
I.2. Definição de metas de poupanças nacionais	2003	100%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Definidas metas calendarizadas globais, por ministério e por categoria de bens e serviços Entidades Envolvidas: UMIC, Projectos piloto Próximos Passos: Tradução em metas orçamentais do ministério e organismos
I.3. Definição de metas de poupanças ministeriais	2003	100%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Definidas metas por ministério e por categoria de bens e serviços Entidades Envolvidas: UMIC, Projectos piloto, outros ministérios Próximos Passos: Tradução em metas orçamentais do ministério e organismos
I.4. Quantificação de Poupanças alcançadas nos projectos piloto	2004	100%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Definidas poupanças alcançadas durante o piloto e poupanças a alcançar na fase de generalização a todo o ministério Entidades Envolvidas: UMIC, Projectos piloto, outros ministérios Próximos Passos: Tradução em metas orçamentais do ministério e organismos
I.5. Definição de Sistema de Monitorização	2004	60%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Concebido o sistema, desenvolvida a ferramenta, aplicação em curso nos projectos piloto. A sua aplicação genérica na Administração Pública aguarda generalização nos ministérios e a criação da Unidade Nacional de Compras Entidades Envolvidas: UMIC Próximos Passos: Generalização, através da apresentação e integração nas entidades de compra dos ministérios
I.6. Definição de Sistema de Reporte	2003	100%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Definido o modelo de reporte a nível do PNCE Entidades Envolvidas: UMIC Próximos Passos: Aperfeiçoamento contínuo
I.7. Definição de métricas operacionais	2004	100%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: A cargo de cada ministério - Unidades Ministeriais de Compra e da Unidade Nacional de Compras (UNC) Entidades Envolvidas: ministérios, UMIC Próximos Passos: Promoção pela UMIC, adaptação pelos ministérios/ organismos
I.8. Definição de estratégia de <i>sourcing</i> nacional/ <i>portfolio</i> de compras nacional	2003/04	Contínuo	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Definida a metodologia de <i>sourcing</i> e as categorias de bens e serviços a centralizar, bem como as estratégias indicativas Entidades Envolvidas: UMIC Próximos Passos: Implementação pelos ministérios-piloto, em curso; implementação pela Direcção Geral do Património e pela futura Unidade Nacional de Compras; implementação a nível das Unidades Ministeriais de Compras

PONTO DE SITUAÇÃO

Prioridade 2 - Compras Públicas Electrónicas

Designação	Data prevista	% realizada	Reporte de implementação
2.1. Definição e implementação do modelo organizacional para as compras da AP	2004	100%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Definido todo o edifício orgânico de suporte à função compras da Administração Pública com base nas Unidades Ministeriais de Compras e na Unidade Nacional de Compras. Unidades Ministeriais de Compra em proposta de implementação em cada ministério-piloto (já constituídas no ME, MSSFC e MOPTC) Entidades Envolvidas: UMIC e Ministérios Próximos Passos: Aprovação por cada ministério, aperfeiçoamento e implementação. Constituição da UNC
2.2. Definição de opções tecnológicas para a AP	Contínuo	80%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Definidos os princípios gerais das opções tecnológicas Entidades Envolvidas: UMIC, Instituto de Informática do Ministério das Finanças e Direcção Geral do Património Próximos Passos: Aperfeiçoamento, cadernos de encargos e implementação
2.3. Projecto piloto	1.ª Vaga - 2003/04 2.ª Vaga - 2005	95%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Ver resumo dos projectos piloto Próximos Passos: Generalização dos projectos piloto da 1.ª vaga a todo o Ministério com a implementação da Unidade Ministerial de Compras. Este projecto será desenvolvido em 2005 com o apoio de fundos comunitários do POSI, com base em candidaturas já apresentadas pelos Ministérios e aprovadas. Em 2005, recorrendo igualmente ao financiamento comunitário, dar-se-á início à 2.ª vaga de projectos piloto, para os restantes ministérios
2.4. Portal das Empreitadas (projecto transversal com piloto no Instituto das Estradas de Portugal)	2005	25%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Constituída equipa de projecto, definidos objectivos e metodologia, adjudicado apoio externo, back office no IEP em curso, componente externa de Janeiro a Maio de 2005 Entidades Envolvidas: UMIC - modelo externo, financiamento, supervisão; MOPTC - coordenação do projecto; IEP - execução do piloto Próximos Passos: execução do piloto até Maio 2005, envolvimento de outras entidades
2.5. Projectos-pilotos em autarquias	Contínuo	10%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Reuniões realizadas com autarquias e Associação Nacional de Municípios. Aprovados projectos piloto de compras electrónicas no âmbito das Regiões Digitais. Apoio ao desenvolvimento do primeiro leilão autárquico com Viseu Digital; Entidades Envolvidas: UMIC, POSI, Câmaras Municipais e promotores das Cidades Digitais Próximos Passos: Generalização às autarquias / programas de sensibilização
2.6. Portal Transaccional Autarquias	2005	0%	Projecto em re-avaliação
2.7. Portal Sectorial da Saúde	2004	10%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Piloto do Ministério da Saúde envolveu já esta componente, no que respeita a medicamentos e material de consumo clínico e utilização do catálogo existente (CAPS) em conjunto com outras ferramentas Entidades Envolvidas: Ministério da Saúde - execução; UMIC - financiamento e acompanhamento Próximos Passos: Elaboração de Caderno de Encargos e lançamento de concurso
2.8. Definição e Implementação de um Registo Nacional de Fornecedores	2005	15%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Definido o modelo estratégico do RNF e lançado procedimento para adjudicar no início de 2005 Entidades Envolvidas: UMIC, Ministério das Finanças e articulação com outras entidades (CNPd, INOFOR, IMOPPI, IPQ, etc) Próximos Passos: Adjudicação e implementação em 2005
2.9. Actualização da Classificação Nacional de Compras	2005	0%	Projecto a realizar em 2005

Designação	Data prevista	% realizada	Reporte de implementação
2.10. Reorganização de Processos e Normalização da documentação referente às compras	Contínuo	Em curso	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Redesenho limitado de processos em curso nos projectos piloto. Redesenho profundo deverá ser executado e nível central através de Grupo de Trabalho de Desburocratização do Processo das Compras, que acompanhará a transposição da directiva a partir de 2005 Entidades Envolvidas: Várias Próximos Passos: Constituição de Grupo de Trabalho e definição de objectivos de curto e longo prazo no redesenho de processo e na normalização de documentação
2.11. Programa de formação para a AP	Contínuo	10%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Acções de formação sobre negociação e sobre <i>sourcing</i> (gestão de políticas de compras) no âmbito dos projectos pilotos Entidades Envolvidas: UMIC - formação-acção; INA formação profissional; Entidades privadas a definir Próximos Passos: Condução de formação - acção sobre negociação e <i>sourcing</i> para todos os ministérios e para autarquias, sobre sistema de monitorização e sobre ferramentas electrónicas e modelo organizacional. Acções de sensibilização sobre o PNCE na administração pública e nas PME's. Programas de formação do INA. Articulação com outras entidades
2.12. Gestão da Mudança	Contínuo	10%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Gestão da mudança nos projectos-piloto, incluindo acções de <i>team building</i> Entidades Envolvidas: UMIC, Ministérios-piloto Próximos Passos: Acompanhamento de projectos pilotos noutros ministérios e da generalização faseada em cada ministério
2.13. Actualização de acordos-quadro	Contínuo	5%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Foi definida pela UMIC a estratégia de <i>sourcing</i> a nível nacional, que deverá servir de base para o lançamento de novos acordos-quadro, cuja responsabilidade directa é actualmente da Direcção geral do Património Entidades Envolvidas: DGP, futuramente UNC - decisão final e execução; UMIC - financiamento do processo e constituição de equipas multidisciplinares Próximos Passos: Abertura formal de procedimentos por parte do Ministério das Finanças

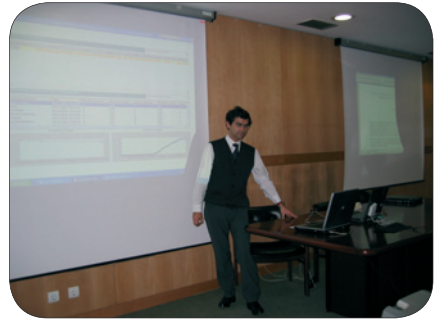
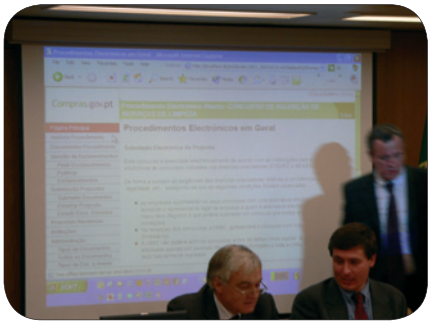
Prioridade 3 - Compras electrónicas no tecido empresarial

Designação	Data Prevista	% realizado	Reporte de implementação
3.1. Programa de acreditação de fornecedores da AP	2005	0%	Projecto a realizar em 2005
3.2. Modelo de suporte aos incentivos a PME	2004/2005	20%	<p>Em fase de lançamento pelo PRIME um sistema de incentivos às empresas (PME Digital).</p> <p>Em fase de lançamento pelo POSI um sistema de financiamento para a promoção do Comércio Electrónico nas PMEs através das Associações Empresariais.</p>
3.3. Monitorização do progresso da adopção de compras electrónicas na economia	Contínuo	50%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Inquéritos às Câmaras Municipais e ao Sector Privado sobre a utilização das TIC; Entidades Envolvidas: UMIC Próximos Passos: Reavaliação da necessidade de um Barómetro das Compras Electrónicas

PONTO DE SITUAÇÃO

Prioridade 4 - Condições base para as compras electrónicas

Designação	Data Prevista	% Realizado	Reporte de implementação
4.1. Portal Informativo das Compras	2004	80%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Ver funcionalidades do Compras.gov.pt Entidades: UMIC e outros Parceiros Próximos passos: Lançamento do serviço de alertas de anúncios por SMS; versão inglesa do Portal e <i>download</i> de cadernos de encargos
4.2. Ferramentas de Concursos públicos electrónicos	2003/04	10%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Adjudicação três ferramentas piloto, envolvendo adaptações às ferramentas. Em curso, projectos piloto em diversos organismos Entidades Envolvidas: UMIC e organismos envolvidos nos procedimentos de aquisição reais a lançar, com incidência para os ministérios-piloto Próximos Passos: Execução de procedimentos piloto e definição e implementação do modelo futuro para generalização da ferramenta
4.3. Ferramentas de negociação dinâmica e gestão de catálogos electrónicos	2004	50%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Foram utilizadas várias ferramentas de negociação dinâmica e gestão de catálogos electrónicos nos projectos-piloto, com elevado grau de sucesso Entidades Envolvidas: Ministérios-piloto Próximos Passos: Definição e implementação do modelo de generalização à administração pública
4.4. Ferramenta de agregação	2004/5	10%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Adjudicado procedimento para desenvolvimento da ferramenta de agregação para utilização por todos os ministérios Entidades Envolvidas: UMIC e Ministérios Próximos Passos: Implementação da ferramenta, formação e acções de sensibilização
4.5. Portal transaccional das compras	2005	10%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Definido modelo tecnológico de interacção das diversas componentes do modelo de compras públicas, sendo o Compras.gov.pt o ponto de acesso Entidades Envolvidas: UMIC, Instituto de Informática do Ministério das Finanças Próximos Passos: Lançamento de caderno de encargos para as diversas componentes do modelo e definição de regras de interoperabilidade com outros sistemas
4.6. Decreto de Lei que regula a aquisição de produtos ou serviços por via electrónica	2004	95%	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Aprovado em Conselho de Ministros dia 11 de Novembro e enviado para a Comissão Europeia para o cumprimento dos processos de audição legalmente previstos de notificação prévia Entidades Envolvidas: UMIC, consulta alargada aos ministérios piloto, DGP, distribuição aos restantes ministérios Próximos Passos: recepção do parecer da Comissão Europeia, aprovação na especialidade, promulgação e publicação em DR, divulgação
4.7. Transposição das directivas comunitárias e adaptação do DL 197/99	Contínuo	0%	<ul style="list-style-type: none"> Entidades a envolver: Nucleares - UMIC, MF, MOPTC, MJ, MSSFC. Outras: a designar ao longo do processo, nomeadamente autarquias e óptica de serviços e fundos autónomos Próximos Passos: Constituição do Grupo de Trabalho de transposição da directiva e revisão do DL 197/99
4.8. Programa de sensibilização e comunicação	Contínuo	Em curso	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Têm decorrido acções de sensibilização no âmbito dos projectos-piloto, que na fase de generalização que agora se vai iniciar irão também ser generalizadas Entidades Envolvidas: A definir, coordenação UMIC Próximos Passos: Elaboração de brochuras, guias, realização de <i>road-show</i> para PME's, <i>workshops</i> com organismos da AP, seminários com Associações Empresariais
4.9. Centro de Excelência para partilha de melhores práticas	contínuo	Em curso	<ul style="list-style-type: none"> Realizado: Recolha e sistematização de informação relativa ao mercado de compras públicas disponibilizada na área "Saiba Mais" do Portal Informativo das compras públicas Entidades Envolvidas: UMIC Próximos Passos: Definição de modelo futuro e implementação faseada





Iniciativas em curso

02.1

PORTAL COMPRAS.GOV.PT



O Compras.gov.pt, ainda que seja essencialmente informativo nesta primeira fase, é uma importante ferramenta não só para a Administração Pública e para o tecido empresarial português, mas também para o próprio cidadão. No futuro, o portal Compras.gov.pt será a porta de entrada para todos os sistemas de informação que irão completar o modelo tecnológico das compras públicas.

O Portal encontra-se dividido em seis grandes áreas:

1. Programa Nacional

Nesta área é possível conhecer a evolução do Programa Nacional de Compras Electrónicas (PNCE); a visão, missão e objectivos, os projectos em curso, os impactos e benefícios para a sociedade em geral e os parceiros originais da implementação do PNCE.

2. Aprovisionamento Público

Destinada a toda a Administração Pública e tecido empresarial português, poderão ser consultados nesta secção os anúncios de aquisição publicados em Diário da República e obter informações relativas à publicação de um anúncio, quer de âmbito nacional, quer de âmbito europeu.

Permite ainda subscrever o serviço de alertas de anúncios de aquisição, provenientes da INCM. Este serviço possibilita a recepção na sua caixa de correio electrónico os anúncios para as categorias e entidades por si seleccionadas.

É possível saber mais sobre os catálogos actualmente existentes (CTAP e CAPs) e os contactos dos responsáveis pelo aprovisionamento nos diferentes organismos da Administração Central.

Os fornecedores têm também a possibilidade de efectuar o pré-registo da sua empresa, permitindo desde logo dar a conhecer o seu ramo de negócio e contactos às entidades da Administração Pública.

3. Notícias

Com o objectivo de dar a conhecer as últimas actualidades ao nível das compras públicas (nacionais e internacionais), esta secção disponibiliza ainda entrevistas a intervenientes dos projectos que se encontram a ser implementados no âmbito do PNCE, recortes e comunicados à imprensa.

4. Projectos

Nesta área é possível ficar a par dos projectos que estão a decorrer no âmbito do PNCE. A informação disponibilizada nesta área apresenta um cariz informacional e estratégico sobre os projectos em curso.

5. Legislação

Para além da legislação nacional e comunitária, directa ou indirectamente relacionada com as compras electrónicas é possível encontrar também guias de procedimentos para uma melhor compreensão do DL 197/99. Estes guias assumem-se como uma ferramenta para a Administração Pública e para os seus fornecedores.

6. Saiba Mais

Esta área visa disponibilizar informações e documentação sobre compras públicas. Para além dos "links úteis" e do "glossário" é possível encontrar manuais de boas práticas em negociação e indicadores estatísticos relativos ao comércio electrónico.

O Portal tem ainda um conjunto de serviços disponíveis para os utilizadores:

1. Perguntas frequentes

As perguntas frequentes do Portal pretendem ser um guia rápido para encontrar a resposta a dúvidas relacionadas com as compras públicas. As perguntas encontram-se divididas de acordo com o tema em que se inserem. A saber: Portal Compras.gov.pt, Programa Nacional de Compras Electrónicas, Aprovisionamento público e Legislação e Serviços do Compras.gov.pt.

2. Contacte-nos

Através deste serviço é possível contactar os responsáveis pelo Portal, bastando para isso o preenchimento do endereço de correio electrónico e a selecção do assunto em que a pergunta se insere (Compras.gov.pt, Fornecedores, Compradores e Imprensa).

3. Motores de pesquisa

De forma a permitir um acesso rápido às informações e serviços disponíveis no Portal, encontra ao longo do portal diversos motores de pesquisa:

3.1 - Motor de pesquisa geral:

Permite efectuar uma busca a todos os conteúdos que se encontram on-line no Portal. Para além das dicas para refinar a pesquisa é possível ainda limitar a busca pelos filtros, um por cada área do Portal. Este motor de pesquisa acompanha o utilizador em toda a sua navegação, estando situado no topo superior direito.

3.2 - Motor de pesquisa avançada de anúncios:

Por forma a facilitar a busca do anúncio que se procura é possível utilizar campos de pesquisa, permitindo assim uma consulta ao anúncio desejado de uma forma facilitada.

3.3 - Motor de pesquisa de notícias:

Este motor de pesquisa permite encontrar um qualquer conteúdo nesta área, quer este esteja *on line*, quer esteja já em arquivo. Os conteúdos do Portal têm uma validade de seis meses, findos os quais os conteúdos ficam em arquivo. Para além das dicas de pesquisa é possível limitar a busca a um dos filtros presentes, um por cada secção.

3.4 - Motor de pesquisa de legislação:

Este motor de pesquisa permite encontrar de uma forma rápida o tipo de diploma pretendido. Para tal basta preencher os campos com a informação relativa a legislação pretendida.

4. Newsletter

A *newsletter* do Compras.gov.pt dá a conhecer as novidades do mundo das compras públicas. Para isso, é apenas necessário submeter o endereço de e-mail, após o qual receberá a *password* para aceder à área reservada.



“O Programa Nacional de Compras Electrónicas vai motivar a que o grau de digitalização das empresas portuguesas seja crescente. Esse facto poderá abrir novas oportunidades de emprego para as pessoas com deficiência.”
Jorge Fernandes, Gestor do Programa Acesso na UMIC



**Símbolo de acessibilidade
à web**

02.2

REGISTO NACIONAL DE FORNECEDORES

O RNF visa ser um repositório central de informações sobre os fornecedores do Estado de forma a otimizar o seu relacionamento com a Administração Pública.



Permitirá que o fornecedor submeta, uma única vez, as suas demonstrações financeiras e todos os documentos necessários às candidaturas a um procedimento de aquisição público.

O Registo Nacional de Fornecedores (RNF) tem como objectivo ser um repositório central de informação sobre os fornecedores do Estado que permita otimizar o seu relacionamento com a Administração Pública. O RNF permitirá que o fornecedor submeta as suas demonstrações financeiras e todos os documentos necessários às candidaturas a um procedimento de aquisição pública, uma única vez, durante a validade dos mesmos, e não sempre que se realize um procedimento.

Está, neste momento, a decorrer o concurso público para a prestação de serviços externos que resultará na implementação da solução informática de suporte ao Registo Nacional de Fornecedores.

A implementação do RNF traz as seguintes vantagens para as partes envolvidas:

Fornecedores	Administração Pública
<ul style="list-style-type: none">• Diminuição da quantidade de documentos a serem apresentados em cada procedimento;• Submissão dos documentos para registo uma única vez (enquanto necessário);• Facilidade e rapidez de actualização dos dados cadastrais e de habilitação parcial;• Registo único na Administração Pública Portuguesa;• Maior transparência e oportunidade de participação em processos de aprovisionamento público;• Garantia de igualdade de acesso e de tratamento a todas as empresas.• Divulgação a nível nacional da sua área de negócio;• Redução dos tempos de concretização de venda e ganhos de eficiência no processo.	<ul style="list-style-type: none">• Acesso facilitado a informação de fornecedores;• Disponibilidade de informação correcta e actualizada sobre cada uma das entidades;• Redução da duplicação de dados, inerente à manutenção de listas separadas de fornecedores pelos diversos organismos públicos;• Redução dos tempos de processamento e ganhos de eficiência no processo de compra;• Simplificação da gestão de fornecedores;• Garantia de igualdade de acesso e de tratamento a todas as empresas;• Maior transparência no processo de aprovisionamento público.

A informação sobre os fornecedores que se pretende registar e tratar no Registo Nacional de Fornecedores (RNF) pode, em parte, ser obtida junto das entidades responsáveis pela sua gestão (DGCI, SS, etc.), permitindo a sua validação, ou mesmo, eliminando desta forma a necessidade da sua apresentação pelo fornecedor. Os diferentes níveis de informação propostos, para o faseamento do desenvolvimento do RNF são complementares (e não mutuamente exclusivos) na medida em que se pressupõe a evolução de um modelo que comporte apenas informação básica até um modelo de qualificação permanente do desempenho de fornecedores.



Este modelo parte do princípio que a informação especificada para um nível inferior se encontra igualmente disponível no nível seguinte. Independentemente do nível de informação a receber, o modelo de registo de fornecedores a implementar deverá garantir:

- A existência de mecanismos de autenticação/acreditação dos fornecedores;
- A veracidade da informação disponibilizada pelas entidades fornecedoras;
- A promoção da actualização dos dados de registo por parte dos fornecedores.

UNIDADE NACIONAL DE COMPRAS

02.3

E UNIDADES MINISTERIAIS DE COMPRAS

A **Resolução do Conselho de Ministros nº 111/2003, de 12 de Agosto**, que aprova o Programa Nacional das Compras Electrónicas, incumbe a UMIC e o Ministério das Finanças de definir o enquadramento institucional e orgânico da Unidade Nacional de Compras (UNC).

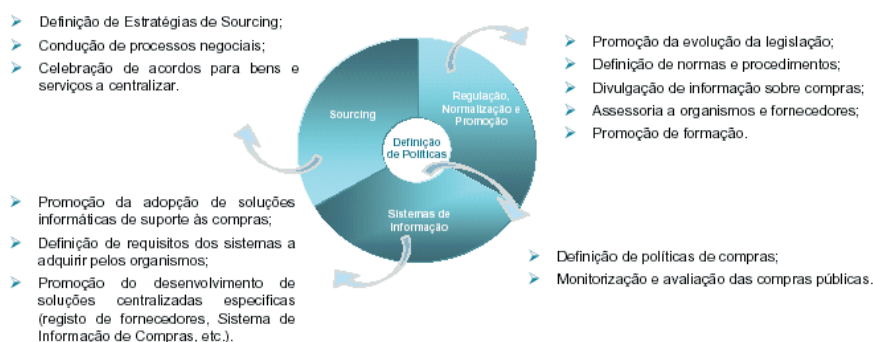
Em síntese, pretende-se:

- A criação de uma Unidade que assegure a gestão e actualização de todo o PNCE, com responsabilidades de definição e monitorização de políticas, de *sourcing* (gestão estratégica de compras), de regulação, normalização e promoção, e de gestão dos sistemas de informação centralizados, agregando desta forma as responsabilidades atribuídas à UMIC e à DGP nesta matéria.
- A focalização inicial da UNC nos processos negociais centralizados, por forma a obter um impacto inicial mais significativo ao nível das poupanças.
- O modelo preconizado segue a tendência internacional nesta matéria, embora consubstancie um modelo minimalista em termos de dimensão. Para esse efeito, a UNC será alavancada por UMC - Unidades Ministeriais de Compras, numa lógica de serviços partilhados. Estas, assegurarão um nível adicional de impacto nas poupanças através da racionalização a nível ministerial e da gestão centralizada de categorias sectoriais.

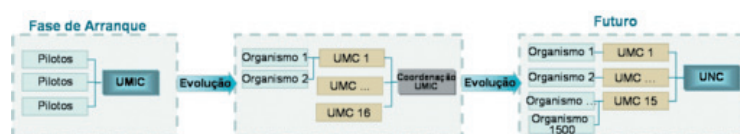
“O Comércio Electrónico passou de um “luxo” (só ao alcance de alguns “tecnologicamente” iluminados ou de uma “coqueluche” de um conjunto de directores comerciais), para uma opção natural de compra - rápida, mais barata e de qualidade - e para uma ferramenta credível de negócio.”

Maria Teresa Maury
Ex-Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

A UNC intervirá em quatro vertentes distintas (conforme ilustrado na figura):



O modelo organizacional proposto para as compras públicas, em que a liderança e a definição de estratégia são centralizadas na Unidade Nacional de Compras (UNC), prevê a evolução da função compras ao nível ministerial no sentido da sua concentração e centralização em Unidades Ministeriais de Compras (UMC), permitindo uma maior integração organizacional e um relacionamento eficaz e simplificado com a UNC.



02.4

UNIDADE NACIONAL DE COMPRAS E UNIDADES MINISTERIAIS DE COMPRAS

“Depois de um período inicial em que se “venderam sonhos”, creio que o comércio electrónico entrou numa fase de maturidade, racionalidade e de crescimento sustentado. A Reforma da Administração Pública Portuguesa em curso é um forte catalizador do espírito de mudança e de “fazer bem” necessário ao nosso País.”

Rui Melo
Presidente da ANETIE

As Unidades Ministeriais de Compras a constituir devem operar:

- Em primeiro lugar, como **Unidades de Compra Ministeriais**, para os serviços e organismos do Ministério, focalizadas nas categorias centralizadas a nível nacional e a nível ministerial;
 - Em segundo lugar, como **Unidades de Compra Sectoriais** (transversais em determinadas categorias), mediante coordenação com a UNC, assegurando a negociação especializada de determinadas categorias para todos os organismos interessados, independentemente da tutela a que estão sujeitos.
- De acordo com este modelo, as unidades dos Ministérios da Educação e da Saúde poderiam, por exemplo, negociar material didáctico ou produtos farmacêuticos para todos os organismos compradores dessas categorias.

Foram já formalmente constituídas as seguintes Unidades Ministeriais de Compra:

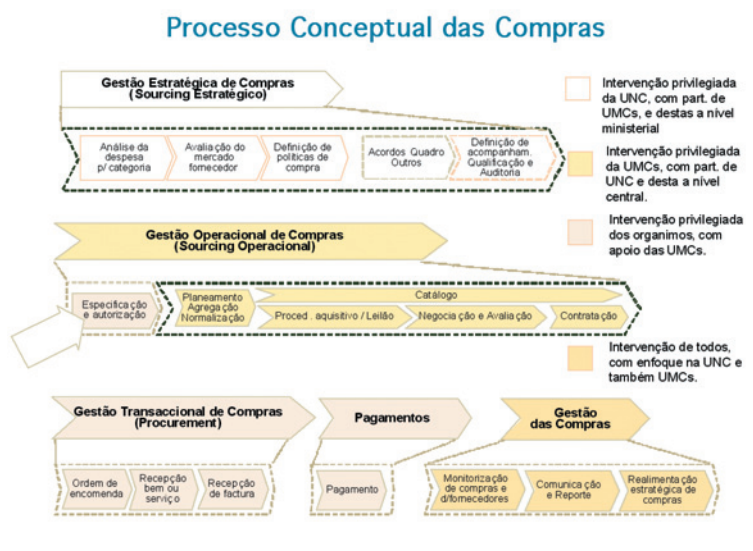
- Ministério da Educação: Centro de Aprovisionamento Integrado (CAPI) - Despacho n.º 15620/2004;
- Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: Estrutura de Projecto de Compras (EPC) – Despacho n.º 439/2005;
- Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança: Estrutura de Projecto de Compras (EPC) – Despacho n.º 11789/2004.

Estão em processo de constituição o MJ, MFAR, MAPF, MS e PCM.

O processo global de compras inclui cinco macro etapas:

1. Gestão estratégica de compras
2. Gestão operacional e compras
3. Gestão transaccional de compras
4. Pagamento
5. Gestão de compras

As actividades incluídas nestas etapas serão realizadas conjuntamente pela UNC/ UMC's conforme apresentado no esquema seguinte:



Com o contributo da reflexão resultante destes projectos e com o apoio jurídico de especialistas na matéria foi elaborado um projecto de Decreto-Lei que estabelece o regime de aquisição de bens e serviços por via electrónica na Administração Pública.

O referido Decreto-Lei foi aprovado em Conselho de Ministros no dia 11 de Novembro de 2004. Este diploma transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços. O diploma foi aprovado na generalidade, atendendo à necessidade de se cumprirem os processos de audição legalmente previstos, bem como o processo de notificação prévia à Comissão Europeia.

Este novo regime de aquisição de bens e serviços na Administração Pública, em síntese:

- Estabelece o princípio da celebração de contratos de aquisição de bens e serviços por via electrónica, salvo quando essa celebração se torne impossível ou excessivamente onerosa;
- Simplifica o regime de prova;
- Esclarece a obrigatoriedade da conservação da ordem de chegada dos documentos por ordem cronológica, com pleno aproveitamento das possibilidades tecnológicas do «time stamp»;
- Estabelece a obrigatoriedade de publicitar no Portal de Compras Públicas todos os anúncios que devem ser publicitados no Diário da República;
- Para conferir maior transparência às adjudicações, prevê a obrigatoriedade de publicitar as adjudicações de procedimentos aquisitivos com um valor superior a € 124.699,47;
- Regula o acto público electrónico e a sessão de negociação por via electrónica;
- Determina o dever de pagamento por transferência electrónica de fundos ou outra forma de transferência bancária, bem como através de cartão de débito ou crédito.

Uma alteração ao Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, será efectuada simultaneamente com a completa transposição da Directiva 2004/18/CE do PE e do Conselho, de 31 de Março de 2004.

Esta directiva pretende responder às exigências de simplificação e modernização do processo aquisitivo nas administrações públicas dos Estados-membros, tornando mais claros e com aplicabilidade uniforme todos os procedimentos, em todos os Estados-Membros da União Europeia, o que levou à reformulação das várias directivas designadas por clássicas num só texto. Eis os principais pontos desta Directiva:

- Estabelece disposições equivalentes que instituem uma coordenação comunitária dos procedimentos nacionais para a adjudicação dos contratos públicos baseadas nos princípios fundamentais e que garantem a abertura à concorrência e o respeito pelos princípios do Tratado da UE;
- Implementa critérios de adjudicação idênticos, tendo em conta igualmente o domínio ambiental e/ou social, desde que estejam ligados ao objecto do contrato, não confirmando à entidade adjudicante liberdade de escolha ilimitada, sejam expressamente indicados nos documentos contratuais e respeitem os princípios fundamentais consagrados no Tratado da EU;
- Consolida as 3 directivas clássicas e regula, entre outros aspectos, os seguintes:
 - Acordos-quadro;
 - Sistema de aquisição dinâmica para compras de uso corrente;
 - Leilões electrónicos;
 - Diálogo concorrencial em sede de contratos públicos particularmente complexos, quando existe uma dificuldade em definir os meios técnicos a utilizar.



Aprovado na generalidade o novo regime de aquisição de bens e serviços na Administração Pública por via electrónica.

“A UMIC erigiu uma significativa obra na área das compras públicas onde desde o início traçou um rumo, uma política concreta, objectiva e com um adequado enquadramento legislativo e prático.”
Manuel Lopes Rocha, Advogado

02.6

ACORDOS-QUADRO

Nas compras do Estado não se está a tirar partido da agregação do poder de compra do maior comprador nacional que é a Administração Pública.



A Direcção Geral do Património está a preparar o lançamento de novos acordos quadro.

As práticas de compras do Estado apresentam um potencial significativo de melhoria, nomeadamente, na definição das suas necessidades, agregação de volume entre organismos, análise do mercado fornecedor e negociação.

Uma das ferramentas legais mais eficientes para concretizar este objectivo são os contratos públicos de aprovisionamento (acordos-quadro) que resultam da qualificação de fornecedores tendo por base um concurso público internacional, após o qual as propostas dos fornecedores seleccionados, que tenham cumprido as exigências técnicas e financeiras se qualificam para fornecer a todos os serviços do Estado através do procedimento de ajuste directo (art. 86º, nº I, alínea a) do DL 197/99 de 8 de Junho).

Grande parte dos acordos-quadro em vigor encontram-se desactualizados e foram efectuados sem recurso a estratégias de *sourcing* e de negociação que são o principal factor gerador de poupanças nos processos aquisitivos.

A desactualização dos acordos-quadro tem distorcido o funcionamento do mercado, uma vez que alguns dos principais fornecedores actuais do mercado não estão considerados.

A experiência dos Projectos Piloto tem demonstrado que:

- Processos negociais simples, com um nível muito reduzido de agregação utilizando os fornecedores do CTAP têm permitido poupanças efectivas entre os 15% a 40%, com uma média de poupança de 30% em relação aos preços indicativos do CTAP e de 20% em relação ao melhor preço praticado pelos organismos envolvidos. Estas poupanças tenderão a ser superiores em processos de agregação de valor superior no âmbito de uma adjudicação fechada a poucos concorrentes ou com um leque de fornecedores mais alargado.
- Os acordos quadro podem ser uma importante ferramenta de controle da despesa, se devidamente negociados e se for monitorizada a sua utilização;
- Os organismos aderem facilmente a acordos negociados centralmente, se para eles advir uma mais-valia negocial, uma vez que a mais-valia administrativa representa per si um elevado benefício.

Neste sentido, por forma a obter poupanças significativas, considera-se premente o lançamento de novos acordos quadro (Contratos Públicos de Aprovisionamento) nas categorias, relativas à 1ª Vaga da estratégia de *sourcing* definida para a Administração Pública:

- Equipamento e material informático (a substituir parcialmente actual acordo do CTAP)
- Combustíveis e lubrificantes (a substituir parcialmente actual acordo do CTAP)
- Comunicações (a substituir parcialmente actual acordo do CTAP)
- Vigilância e segurança
- Material de escritório
- Electricidade
- Equipamento administrativo
- Material de transporte
- Limpeza e higiene (serviços)
- Refeições confeccionadas

A DGP está a preparar a actualização e lançamento de novos acordos quadro, sempre que possível recorrendo a ferramentas electrónicas para suporte a todo o processo (conforme anúncio em www2.dgpatr.pt/www2/).

MODELO TECNOLÓGICO

02.7

O portal Compras.gov.pt, que evoluirá de um portal informativo para um portal transaccional, pretende ser o ponto de acesso a todos os conteúdos relacionados com compras públicas.

No diagrama apresentado, podemos visualizar um conjunto de ferramentas que sustentam a sua operacionalidade. Estas ferramentas encontram-se categorizadas da seguinte forma:

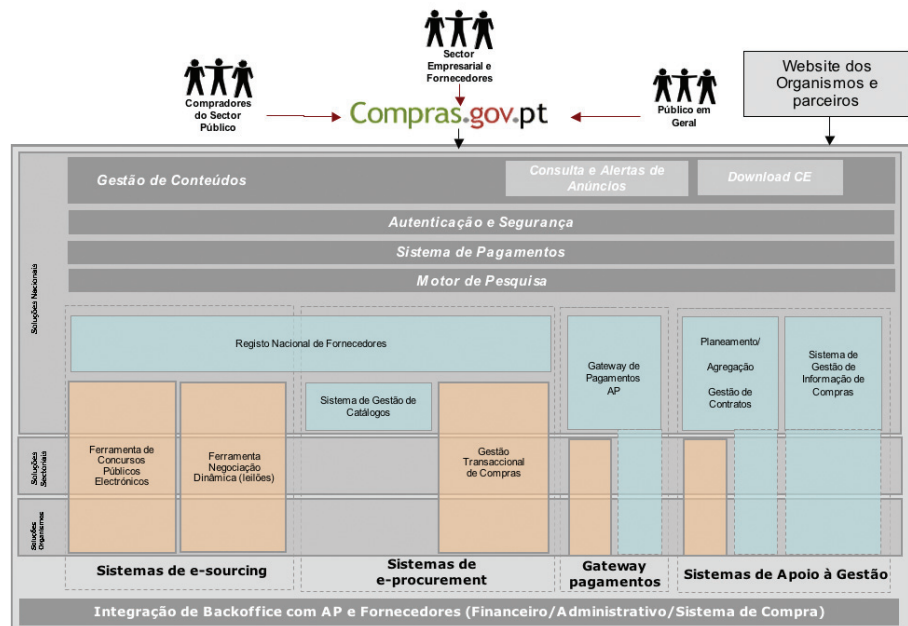
- **Azul** Ferramentas disponibilizadas a nível nacional geridas de uma forma centralizada;
- **Laranja** Ferramentas que serão disponibilizadas com uma abrangência sectorial podendo ser geridas por outras entidades ou organismos.

O mundo dos *standards* relacionados com as iniciativas de Compras Públicas está numa fase de mudança e evolução constante. Esta questão é pertinente no que diz respeito aos *standards* em específico, bem como à natureza dos mesmos, em particular no âmbito das normas abertas (*Open Standards*) suportados pelo mercado.

Desta forma, importa referir que o Modelo Tecnológico do Portal Transaccional das Compras Públicas terá que ser suportado por um conjunto de regras de interoperabilidade com base em normas abertas (*Open Standards*), devendo estas servir como Guia para implementação dos vários projectos (aplicações ou soluções) no âmbito do Portal.

O objectivo do Modelo Tecnológico do Portal Transaccional das Compras é simplificar e unificar um conjunto de vários serviços e suportar as interações entre sistemas e intervenientes. As soluções devem ser interoperáveis e reutilizáveis, permitindo melhorar os serviços disponibilizados, reduzindo a duplicação e redundância desnecessária.

Para atingir estes objectivos de forma contínua, será necessário manter um foco na evolução da Arquitectura do Portal Transaccional, nas aplicações e normas que lhe estão subjacentes e nas evoluções tecnológicas emergentes.



Ferramentas / Características	Objectivo	Principais Funcionalidades / Características	Benefícios
Registo Nacional de Fornecedores	Repositório central de fornecedores do Estado, que permite otimizar o seu relacionamento com a Administração Pública.	O desenvolvimento do RNF será efectuado em 3 fases: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-registo; • Informação administrativa e financeira; • Pré-qualificação técnica e financeira (10 sectores de actividades específicas). 	Submeter as demonstrações financeiras e todos os documentos concursais numa única vez; Promover a actualização de dados; Validar a informação com outras entidades no seio da AP; Redução dos tempos de processamento e ganhos de eficiência.
Sistema de Gestão de Catálogos	Repositório central de Produtos e Serviços dos fornecedores do Estado que possibilita aos compradores do Sector Público efectuar a compra por catálogo, otimizando o processo aquisitivo.	Registo de produtos e serviços (catálogos); Alertas; Consultas e pesquisa de informação; Compras por catálogo; Caminho de compras.	Facilitar a manutenção centralizada dos Catálogos da AP; Partilhar catálogos na AP; Pesquisar e consultar bens e serviços em todos os sub-catálogos existentes sobre várias perspectivas.
Ferramenta de Negociação Dinâmica	Ferramenta de apoio ao processo de negociação dinâmica (leilão electrónico) que permite agilizar e tornar mais transparente o processo negocial gerando poupanças com a participação interactiva do tecido empresarial na prestação de bens e serviços.	Suporte de diversos tipos de leilão (inglês, holandês, entre outros); Painel de acompanhamento; Análise de histórico das lotações.	Melhorar a capacidade negocial; Possibilitar a agregação de necessidades conjuntas; Avaliar as várias ofertas de mercado.
Ferramenta de Concursos Públicos Electrónicos	Ferramenta de apoio aos procedimentos aquisitivos que permite o acompanhamento electrónico das fases de todos os procedimentos de aquisição pública.	Disponibilização do anúncio e de peças concursais; Recepção e resposta a esclarecimentos; Recolha de propostas; Apoio à avaliação de propostas.	Maior transparência e eficiência dos procedimentos aquisitivos; Diminuir custos de processo para a entidade adjudicante e concorrente; Facilitar e encurtar o tempo de avaliação das propostas e a sua comparação.
Gestão Transaccional de Compras	Assegurar as transacções e comunicação com as ferramentas que compõem o sistema de compras da AP, através de um motor transaccional e de um conjunto de regras de interoperabilidade.	Conectores de comunicação entre aplicações e B.D.; Workflows de processos; Execução de processos de backoffice; Regras de interoperabilidade.	Melhor fiabilidade, segurança e autenticação das transacções; Simplicidade na execução de processamentos complexos; Processamento misto de dados e transacções.
Planeamento e Agregação	Promover a eficiência do processo aquisitivo público gerando ganhos e poupanças estruturais, através da optimização e automatização de processos no planeamento de necessidades de compras.	Formulários para agentes e documentos de comunicação interna; Programação de ciclos de agregação; Automatização de processos; Relatórios de monitorização e casos de estudo.	Promover esforços de agregação; Aumentar do poder negocial e redução de preço (aumento da quantidade e melhor gestão logística); Aumentar a eficiência e rapidez em relação aos processos de aquisição descentralizada; Aumentar a previsibilidade e controlo; Apoiar o planeamento de compras.
Gestão de Contratos	Repositório de contratos entre os organismos e os fornecedores, acerca do fornecimento de bens e serviços contratados.	Registo e consulta de contratos; Alteração e validação de aspectos comerciais; Acesso às disposições legais e contractuais.	Facilitar a consulta e pesquisa dos aspectos comerciais de bens e serviços contratados; Aumentar a previsibilidade e controlo; Apoiar o planeamento de compras.
Sistema Gestão de Informação de Compras	Recolher e armazenar a informação de todos os processos e interações referente a compras, processando a mesma, de modo a esta ser disponibilizada para análise.	Gestão de informação de compras; Consulta de dados estatísticos globais; Pesquisa de processos de aquisição; Comparação e avaliação das compras realizadas; Cálculo e monitorização de estimativas de poupança.	Elaborar casos de estudo, referente às compras realizadas; Analisar globalmente a informação de compras, com acesso a relatórios; Aumentar a previsibilidade e controlo; Apoiar o planeamento de compras.
Gateway de Pagamentos	Portal comum de acesso para transacções de carácter financeiro, tais como, pagamento de bens e serviços no âmbito das aquisições realizadas.	Realizar o pagamento das compras realizadas; Controlo de todas as transacções financeiras despoletadas pelo pagamento.	Portal comum de acesso para a realização de pagamentos de bens e serviços entre entidades e fornecedores; Segurança Transaccional; Certificação e autenticação de entidades acreditadas.

The image features a solid orange background. On the left side, there is a complex graphic composed of several overlapping, semi-transparent shapes in shades of teal, light green, and grey. These shapes are arranged in a way that creates a sense of depth and movement, resembling a stylized arrow or a series of overlapping planes. The text 'Proyectos piloto' is centered in the lower half of the page.

Proyectos piloto

03.



03.1

PROJECTOS PILOTO DE COMPRAS PÚBLICAS ELECTRÓNICAS

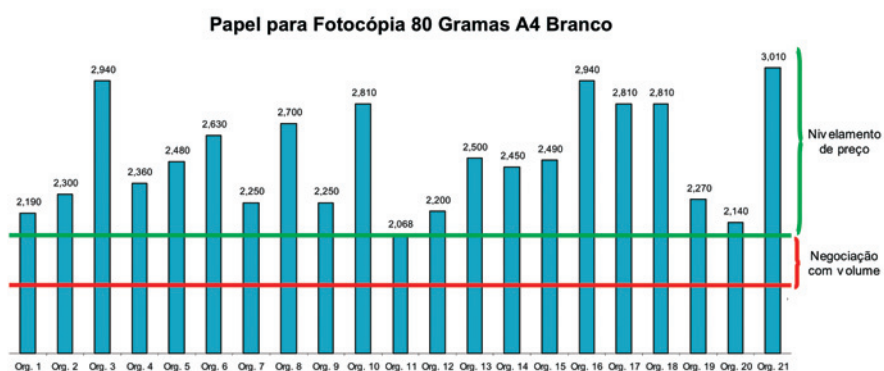


Praça de Londres (Lisboa), 24 de Novembro de 2003 - 1º Leilão Electrónico. Compra de papel para os Ministérios da Segurança Social e da Educação, com poupanças de 27%.

Os projectos piloto de compras públicas electrónicas surgem no âmbito do Programa Nacional de Compras Electrónicas (PNCE) e visam melhorar a forma como o Estado compra. A sua implementação foi faseada em três componentes: i) levantamento da situação actual dos Ministérios e Organismos; ii) implementação e operacionalização da solução; iii) elaboração do relatório de avaliação e do plano de generalização de compras públicas.

O potencial de poupança possível é muito elevado. Tal como podemos ver no gráfico abaixo (relativo à compra de papel A4) é possível atingir poupanças de 15% apenas pelo nivelamento ao menor preço praticado entre os organismos dos Ministérios, preço esse que iniciará a negociação. A poupança poderá chegar a 35%, mediante o aproveitamento das economias de escala potenciadas pela agregação das necessidades transversais aos vários Organismos e Ministérios. Para além destas poupanças quantificáveis, os projectos piloto são ainda potenciadores de substanciais poupanças processuais.

Agregação = Poupanças de preço



Um exemplo concreto das poupanças decorrentes de papel A4 para três Ministérios (Ministério das Finanças e da Administração Pública, Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas e Ministério da Justiça).

Foram realizados projectos piloto nos seguintes Ministérios: Presidência do Conselho de Ministros (PCM), Ministério da Justiça (MJ), Ministério da Educação (ME), Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança (MSSFC), Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações (MOPTC), Ministério da Saúde (MS), Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP) e o Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas (MAPF). Para a implementação dos projectos piloto recorreu-se ao *know how* e à tecnologia dos prestadores de serviço *business to business* (PSB2B), em parceria com empresas de consultoria. Estes projectos foram financiados pela UMIC, recorrendo a financiamento comunitário.

As fases do projecto

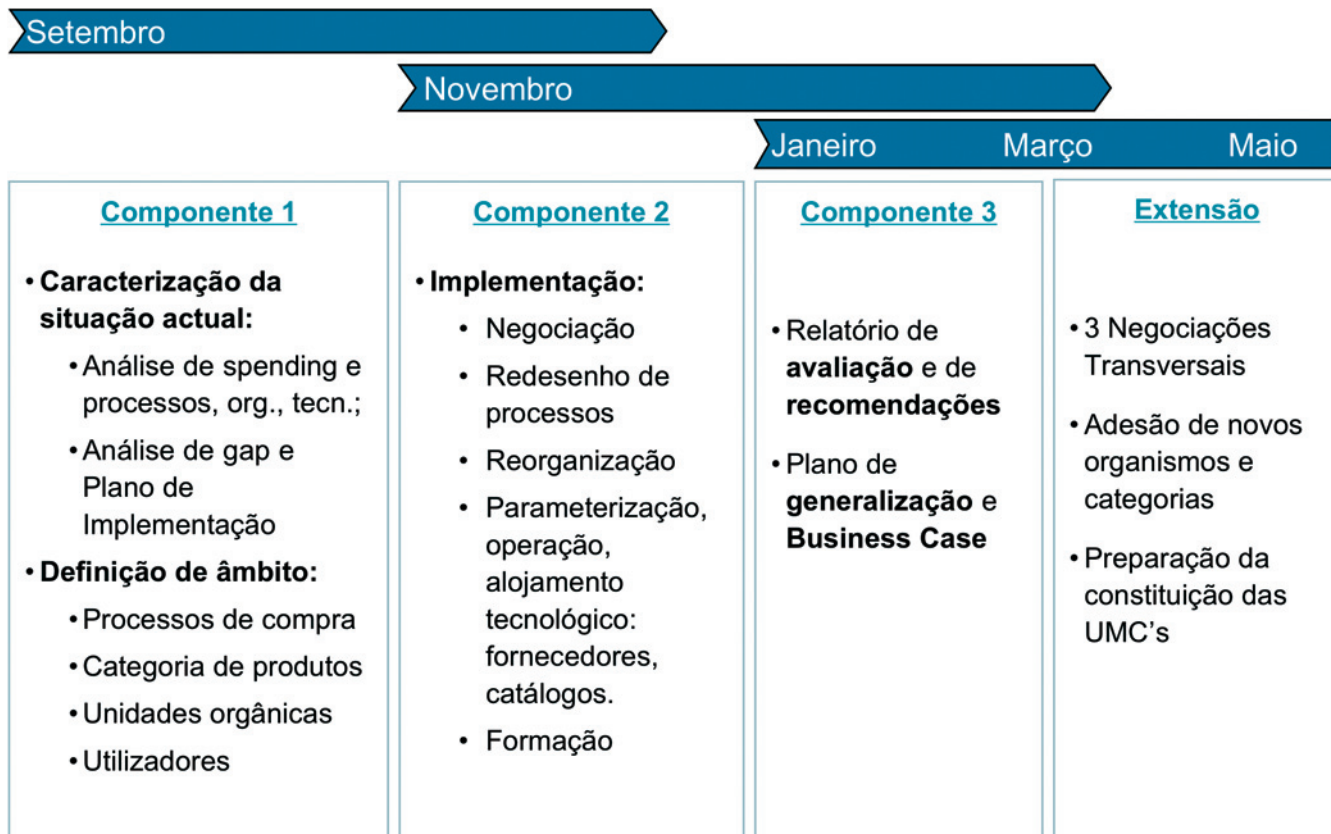
Os projectos piloto seguiram uma abordagem incremental e faseada, tendo o âmbito restrito a duas categorias de produtos: “material de escritório e consumíveis de informática” e “material didáctico e equipamento informático”. A despesa envolvida nestas categorias é inferior a 1% das compras ministeriais. Foram definidas três componentes de desenvolvimento dos projectos piloto:

- Componente I – Diagnóstico da situação em que se encontram os processos de compras. Inclui uma análise do perfil de compras e dos processos existentes, uma avaliação sobre as capacidades a potenciar e oportunidades de melhoria, bem como a definição e identificação de *quick wins*;
- Componente II – Visa formar utilizadores para as ferramentas de compras electrónicas por catálogo e a parameterização dessas mesmas ferramentas. Pretende-se ainda efectuar o alojamento e operacionalização das plataformas de compras por catálogo, leilões e o apoio a procedimentos de aquisição que resultarão nos catálogos electrónicos.
- Componente III – Relatórios de avaliação e de recomendações, bem como planos de generalização (*business case*).



Presidência do Conselho de Ministros, 17 de Fevereiro de 2004, leilão de papel A4 com uma poupança de 35%.

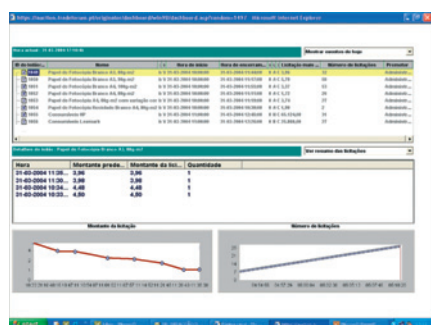
Operacionalização dos Pilotos



PROJECTOS PILOTO DE COMPRAS PÚBLICAS ELECTRÓNICAS

Caracterização das aplicações

A infra-estrutura de comunicações, o *hardware* e *software* necessários aos utilizadores dos Ministérios Piloto são da propriedade dos PSB2B. Cada um deles disponibilizou as suas plataformas de negociação dinâmica, catálogos e ferramentas de compra por catálogo aos Ministérios respectivos.



Interface da ferramenta de Leilão

i) Ferramentas para negociação dinâmica de preço (leilões) – Durante os pilotos foram efectuadas negociações dinâmicas de preço com fornecedores pertencentes ao Catálogo Telemático de Aprovisionamento Público (CTAP) e também algumas experiências com base em procedimentos por negociação, com fornecedores não representados no CTAP.

ii) Compra por catálogo – O processo de compras por catálogo é efectuado de forma electrónica, desde o processo de requisição, passando pela confirmação da entrega, até à emissão da factura. O requisitante, através da plataforma, acede aos catálogos com os produtos previamente negociados (ao abrigo dos procedimentos aquisitivos) e faz a requisição. Os responsáveis das diversas áreas (incluindo os serviços de contabilidade para a efectivação do cabimento) aprovam a requisição através da ferramenta sendo automaticamente emitido um pedido aos fornecedores dos produtos, que estão ligados à mesma. Dependendo das permissões individuais, poderão ser monitorizados na ferramenta os estados dos pedidos, como por exemplo a consulta do histórico do pedido. Após a recepção da encomenda será criado na ferramenta um registo dos produtos recebidos, o que permite inclusive ter um controlo do desempenho dos fornecedores. A ferramenta garante ainda uma monitorização detalhada de todo o processo de compra.

Resultados obtidos

Até à data foram conseguidas poupanças reais e efectivas através dos processos de negociação dinâmica de preço e em processos de compra por catálogo. Contudo, os benefícios qualitativos justificam *per si* a eficácia dos projectos piloto. Em resumo, os benefícios atingidos são:

- Elevado grau de mobilização – aproximadamente 907 elementos da AP;
- Total de negociações efectuadas - 27;
- Poupança média de 30% sobre os produtos intervencionados;
- Demonstração do elevado potencial de racionalização de compras públicas quer a nível de *sourcing* como de processos de compra;
- Maior conhecimento relativo a informação de compras específica por família e por item: despesa, concentração de fornecedores, preços actuais (das compras) e outros preços de mercado;
- Início do processo de racionalização pelo aprofundamento do conhecimento de processos operacionais de aprovisionamento;
- Formação em negociação e em estratégias de *sourcing*;
- Definição do modelo de UMC e implementação em curso;
- Definição do modelo de agregação de necessidades de Compra na AP;
- Acções de gestão da mudança;
- Acções coordenadas de *sourcing* intra-Ministérios e inter-Ministérios;
- Cálculo da estimativa de poupanças nacionais resultante da extrapolação da experiência dos projectos piloto.

Conclusões retiradas do projecto

Antes de se dar início aos projectos pilotos de compras electrónicas, as principais características (pontos fracos) dos processos aquisitivos existentes eram essencialmente:

- Multiplicidade de pequenos departamentos de compra;
- Existiam aproximadamente 1500 organismos autónomos com diferentes perfis de compra, sem articulação ou coordenação entre eles;
- Inexistência de mecanismos formais de relacionamento entre organismos;
- Ausência de uma política de compras e de sistemas de suporte electrónico centrais;
- Recursos humanos com vasto conhecimento do processo aquisitivo legal, mas não profissionalizado em compras, com pouca formação em políticas de *sourcing*, de negociação e pouca informação formal do mercado fornecedor;
- Ausência de mecanismos de monitorização de compras ou de fornecedores na maioria dos organismos compradores;
- Grandes disparidades entre organismos no grau de preparação organizacional e de informatização;

Findo os projectos piloto ministeriais, entre os resultados alcançados destacamos:

- Foi concretizado o objectivo de gerar poupanças e de aumentar a eficiência no processo aquisitivo público;
- Foi avaliada a apetência de recursos existentes nos ministérios para a utilização das ferramentas de compras electrónicas;
- Foram criados mecanismos relacionais de comunicação de intenções de compra entre Ministérios, tendo sido realizadas compras electrónicas transversais.

O sucesso dos projectos pilotos ministeriais poderá ser alavancado com a implementação dos projectos em curso no âmbito do PNCE, tais como o Registo Nacional de Fornecedores, a Ferramenta de Agregação, os Concursos Públicos Electrónicos, e o Sistema de Gestão de Catálogos.

Os passos seguintes

Os oitos projectos piloto, que terminaram em Maio de 2004, têm já uma linha de financiamento aberta no Plano Operacional para a Sociedade de Informação, estando já em fase de implementação a generalização das compras públicas a todos os organismos dos Ministério envolvidos.

Em 2005 dar-se-á início à implementação dos projectos piloto nos restantes ministérios (Ministério da Administração Interna, Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior, Ministério da Cultura, Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho, Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas e Ministério do Turismo), dentro da mesma lógica dos projectos piloto da 1ª vaga, beneficiando estes de todo o know-how adquirido no passado.

Os novos projectos piloto recorreram igualmente à linha de financiamento aberta no Plano Operacional para a Sociedade de Informação.



Presidência do Conselho de Ministros, 17 de Fevereiro de 2004, apresentação de projecto piloto de compras electrónicas: leilão e compra por catálogo.

PROJECTOS PILOTO DE COMPRAS PÚBLICAS ELECTRÓNICAS

Coordenador estratégico:
Dr. Manuel Gameiro

Directora de projecto:
Eng.^a Madalena Valente

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Organismos envolvidos: 14+5

SG – Secretaria Geral do Ministério da Educação
GIASE – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo
IGE – Inspeção Geral de Educação
GGE – Gabinete de Gestão Financeira
DGFV – Direcção Geral de Formação Vocacional
GAERI – Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais
DGIDC – Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular
GAVE – Gabinete de Avaliação Educacional
DGRHE – Direcção Geral de Recursos Humanos da Educação
DREL – Direcção Regional e Educação de Lisboa
DREN – Direcção Regional de Educação do Norte
DREC – Direcção Regional de Educação do Centro
DREALT – Direcção Regional de Educação do Alentejo
DREALG – Direcção Regional de Educação do Algarve

Novas adesões:
Escola Básica dos 2º /3º Ciclos
Escola Secundária Gabriel Pereira
EME – Editorial do Ministério da Educação
SSME – Serviços Sociais do Ministério da Educação
CPME – Caixa de Previdência do Ministério da Educação

Âmbito do Piloto:

- 0,8% das despesas do Ministério
- Categorias: Material de Escritório e Consumíveis de Informática (arquivadores, blocos, cadernos, capas, CDs, DVDs, disquetes, impressos, invólucros, material de escrita)

Nº de negociações efectuadas (on line): 4

Volume total negociado: 5.748.229 €

Poupança total: 1.566.245 €

Poupança média: 25%

Nº de utilizadores da plataforma electrónica: 105

Prestador de Serviços: lwaytrade

Quadro-resumo

Categoria negociada	Quantidade negociada	Poupança obtida	Data da negociação
Papel A 4 e A3	8.850 Resmas	27%	24-11-2003
Papel A 4 e A3	13.450 Resmas	21%	12-03-2004
Equipamento Informático	6 Portáteis; 51 desktops e 25 Monitores TFT	24%	16-03-2004
Papel A 4 e A3	Papel A4 e A3 para totalidade Ministério e Rede Pública de Escolas (cerca 2,3 M Resmas)	27%	18-11-2004

“(…) Foram inequívocas e evidentes as vantagens, o aumento de eficiência do processo aquisitivo e as poupanças alcançadas nas agregações e negociações centralizadas que foram realizadas, quer a nível do ME ou inter-ministérios.”

Madalena Valente

“(…) Como aspecto positivo, o forte apoio e empenhamento político da UMIC, bem aproveitado pela equipa dinamizadora do ME, como cobertura para o impulsionamento do projecto junto dos serviços.”

Manuel Gameiro

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E FLORESTAS

Organismos envolvidos: 11+5

SEG – Secretaria Geral do Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas
DGPA – Direcção Geral das Pescas e Aquicultura
DGRF – Direcção Geral dos Recursos Florestais
INIAP – Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas
IFADAP+INGA – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas + Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola
DGV – Direcção Geral de Veterinária
DGFCQA – Direcção Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar
IDRHA – Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica
GPPAA – Gabinete de Planeamento e Política Agro Alimentar do Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas
DRAAL – Direcção Regional de Agricultura do Alentejo

Novas adesões:

DRABL - Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral
IVV - Instituto da Vinha e do Vinho
LNIV - Laboratório Nacional de Investigação Veterinária
DGPC - Direcção Geral de Protecção das Culturas
ACAVCSA - Agência de Controle das Ajudas Comunitárias ao Sector do Azeite

Coordenador estratégico:
Dr. Carlos Viana de Carvalho

Directora de projecto:
Dr.ª Isabel Reis

Âmbito do Piloto:

- inferior a 1% das despesas do Ministério
- Categorias: papel; economato e consumíveis de informática

Nº de negociações efectuadas 2
Volume total negociado 138.105 €
Poupança total 35.122 €
Poupança média 23%
Nº de utilizadores da plataforma electrónica: 130

Prestador de Serviços: Bizdirect

Quadro resumo

Categoria negociada	Quantidade negociada	Poupança obtida	Data da negociação
Papel	34.750 resmas	31,25%	02-07-2004
Consumíveis Informática	76 referências	13,96%	28-10-2004

“Os principais passos serão a criação da UMC e a reengenharia de processos, simplificação de catálogos de produtos e envolvimento de todos os Organismos, Dirigentes máximos, Chefias intermédias e Funcionários. As mais valias esperadas são a simplificação de processos, melhores contratos de aquisição e ganhos financeiros.”

Carlos Viana de Carvalho

“Aspecto positivo: O intercâmbio de experiências e conhecimentos proporcionados pela UMIC nas diferentes reuniões com todos os Ministérios envolvidos.”

Isabel Reis

PROJECTOS PILOTO DE COMPRAS PÚBLICAS ELECTRÓNICAS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Organismos envolvidos: 7+3

Na Fase de Generalização
Coordenador estratégico:
Dr.^a Ana Vaz

Director de projecto:
Dr. Mário Serra Pereira

No projecto piloto
Coordenador estratégico:
Eng. Júlia Ladeira

Director de projecto:
Eng. Manuela Veríssimo

SGMJ – Secretaria Geral do Ministério da Justiça
ITIJ – Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça
IGFPJ – Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça
IRS – Instituto de Reinserção Social
GPLP – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento
SSMJ – Serviços Sociais do Ministério da Justiça
IGSJ – Inspeção Geral dos Serviços da Justiça

Novas adesões:

DGAJ – Direcção Geral da Administração da Justiça
GRIEC – Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação
TJCS – Tribunal Judicial da Comarca de Sintra

Âmbito do Piloto:

- 1,5% das despesas do Ministério
- Categorias: material de escritório, consumíveis de informática e material informático

Nº de negociações efectuadas 6
Volume total negociado 721.739 €
Poupança total 288.600 €
Poupança média 40%
Nº de utilizadores da plataforma electrónica: 94

Prestador de Serviços: Tradeforum

Categoria negociada	Quantidade negociada	Poupança obtida	Data da negociação
Papel Reciclado	1.950 resmas	15 %	03-12-2003
Papel Geral	50.120 resmas	36 %	31-03-2004
Consumíveis de Informática	várias referências	13 %	01-04-2004
Equipamento Informática	várias referências	53 %	13-04-2004
Material de Economato	várias referências	30 %	13-04-2004
Papel - Lote Lisboa	21.625	31 %	02-07-2004

“Globalmente pode dizer-se que os fornecedores aderiram com entusiasmo às iniciativas tomadas e os que efectivamente participaram nos eventos, revelaram ter já uma certa maturidade organizativa e capacidade de fornecimento, factores essenciais para o sucesso deste novo processo aquisitivo.”

Manuela Veríssimo

“(…) É importante continuar a apostar num projecto que consolida uma nova forma de estar na AP, juntando esforços em lugar de actuações isoladas, potenciando deste modo um rigoroso controlo da despesa pública, pelo lado da gestão inteligente da procura. Esta actuação implica sobretudo um empenho claro ao mais alto nível decisório.”

Mário Serra Pereira

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Organismos envolvidos: 4+10

IGIF – Instituto de Gestão Informática e Financeira do Ministério da Saúde
ARS – Administração Regional de Saúde

Novas adesões:

Centro de Saúde da Moita
Centro de Saúde de Almada,
ARS Norte, ARS Centro, ARS Lisboa e Vale do Tejo,
Departamento de Modernização e Recursos da Saúde,
GSEAMS – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde
GSES – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde
Gabinete do Ministro,
Inspeção Geral de Saúde,
Direcção Geral de Saúde,
Instituto de Qualidade

Coordenador estratégico:
Dr. Aldino Salgado

Directora de projecto:
Dr.ª Eugénia Melo

Âmbito do Piloto:

- 2,8% das despesas do Ministério
- Categorias: material de escritório, consumíveis de informática e bens de consumo hospitalar

Nº de negociações efectuadas 3
Volume total negociado 94 Produtos
Poupança total 263.048 €
Poupança média 30%
Nº de utilizadores da plataforma electrónica: 43

Prestador de Serviços: Bizdirect

Categoria negociada	Quantidade negociada	Poupança obtida	Data da negociação
Consumíveis de Informática	várias referências	23,77 %	29-01-2004
Contrastes Radiológicos	5065 unidades	33 %	01-02-2004
Papel A4	26.285 resmas	30,76 %	10-05-2004

“Inicialmente as expectativas eram baixas, uma vez que as instituições funcionavam isoladas e a colaboração entre elas era praticamente nula. Acresce que o processo de aquisição público tem muitas formalidades as quais estão enraizadas no trabalho diário dos funcionários. Com o desenvolvimento do projecto os elementos envolvidos concentraram esforços e alinharam estratégias, a desconfiança existente inicialmente dissipou-se e deu lugar a um grande entusiasmo.”

Eugénia Melo

PROJECTOS PILOTO DE COMPRAS PÚBLICAS ELECTRÓNICAS

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

Organismos envolvidos: 5+28

SG – Secretaria Geral do Ministério da Segurança Social da Família e da Criança
ISS – Serviços Centrais e Centro Distrital de Segurança Social de Santarém
Actualmente do Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho - MAET:
• IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
• INATEL - Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores

Coordenador estratégico:

Dr. Paulo Moreira

Directora de projecto:

Dr.ª Amélia Cardoso

Novas adesões: Mais 17 Centros Distritais;
IGMSSFC – Inspeção Geral do Ministério da Segurança Social da Família e da Criança
DGEEP – Direcção Geral dos Estudos, Estatísticas e Planeamento
GAERI – Gabinete para Assuntos Europeus e Relações internacionais
GC – Gabinete de Cooperação
DGSS – Direcção Geral da Solidariedade e Segurança Social
IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social da Família e da Criança
CNPRP – Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais
DAISS – Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social
SSMSSFC – Serviços Sociais do Ministério da Segurança Social da Família e da Criança
CPL – Casa Pia de Lisboa
IGFCSS – Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social

Âmbito do Piloto:

- 0,3% das despesas do Ministério
- Categorias: material de escritório (papel); material de higiene e limpeza;

Nº de negociações efectuadas 4
Volume total negociado 3.118.227 €
Poupança total 1.954.513 €
Poupança média 44%
Nº de utilizadores da plataforma electrónica: 61

Prestador de Serviços: lwaytrade

Categoria negociada	Quantidade negociada	Poupança obtida	Data da negociação
Papel A4 e A3	9.000 resmas	27,3 %	24-11-2003
Papel A4 e A3	33.262 resmas	24,8 %	06-02-2004
Papel A4 e A3	Cerca de 300.000 resmas	55,5 %	30-04-2004
Produtos Higiene e Limpeza	várias referências	66,8 %	16-03-2004

“Os projectos prioritários passam pelo lançamento dos novos Acordos Quadro, pela criação da Unidade Nacional de Compras, da ferramenta de Catálogos Electrónicos e pela adequação do enquadramento legal”

Paulo Moreira

“O grande entusiasmo e empenho pelo desafio que a solução implicou foi sempre uma das principais motivações ao longo da implementação do piloto.”

Amélia Cardoso

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Organismos envolvidos: 7+5

SGMOPTC – Secretaria Geral do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicação
DGTT – Direcção Geral dos Transportes Terrestres
IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos
IMOPPI – Instituto de Mercados de Obras Públicas e de Particulares e do Imobiliário
IEP – Instituto de Estradas de Portugal
DGEMN – Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
INH – Instituto Nacional de Habitação

Novas adesões:

CP – Comboios de Portugal
INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil
LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
OSMOP – Obra Social do Ministério das Obras Públicas
GEP – Gabinete de Estudos e Planeamento do MOPTC

Coordenador Estratégico:

Dr. Pedro Santos

Directora de projecto:

Dr.ª Rosário Lourinho

Âmbito do Piloto:

- 0,1% das despesas do Ministério
- Categorias: material de escritório, consumíveis de informática e material informático

Nº de negociações efectuadas 4
Volume total negociado 1.115.062 €
Poupança total 266.913 €
Poupança média 23 %
Nº de utilizadores da plataforma electrónica: 211

Prestador de Serviços: Tradeforum

Categoria negociada	Quantidade negociada	Poupança obtida	Data da negociação
Papel A4	35.700 resmas	31,46%	28-01-2004
Papel de fotocópia	várias referências	24,27%	31-03-2004
Consumíveis HP	várias referências	18,5%	01-04-2004
Hardware	várias referências	56,3%	13-04-2004

“Os aspectos positivos prendem-se com o facto de ter permitido avaliar os benefícios económicos relacionados com a agregação de compras electrónicas das entidades que participaram no projecto-piloto.”

Pedro Santos

“As principais motivações resultam da forte adesão das pessoas e dos serviços envolvidos que possibilitaram uma troca de experiências enriquecedora, para além das poupanças significativas quer em termos económicos, quer financeiros, bem como na maior transparência de todo o processo aquisitivo.”

Mª do Rosário Falé Lourinho

PROJECTOS PILOTO DE COMPRAS PÚBLICAS ELECTRÓNICAS

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Organismos envolvidos: 6

SGMFAP – Secretaria Geral do Ministério das Finanças e Administração Pública
IIMFAP – Instituto de Informática do Ministério das Finanças e Administração Pública
DGAP – Direcção Geral da Administração Pública
INA – Instituto Nacional de Administração
DGCI – Direcção Geral dos Impostos
DGITA – Direcção Geral Informática e Apoio Serviços Tributários e Aduaneiros

Na Fase de Generalização
Coordenador estratégico:
Dr. Simões de Almeida
Directora de projecto:
Dr.ª Ana Almeida

No projecto piloto
Coordenador estratégico:
Dr.ª Ermelinda Carrachás
e Dra. Teresa Castel Branco
Director de projecto:
Dr. Nelson Inácio

Âmbito do Piloto:

- 11,5% das despesas do Ministério
- Categorias: material de escritório, consumíveis de informática e material informático

Nº de negociações efectuadas 2
Volume total negociado 661.139 €
Poupança total 134.401€
Poupança média 20%
Nº de utilizadores da plataforma electrónica: 153

Prestador de Serviço: Tradeforum

Quadro-resumo

Categoria negociada	Quantidade negociada	Poupança obtida	Data da negociação
Papel - Lote Lisboa	104660 resmas	35%	02-07-2004
Papel - Lote Resto País	121370 resmas	10%	02-07-2004
Consumíveis HP	2099 unidades	7%	22-10-2004

“Quanto mais participarem, mais poupamos, mais ganhamos, mais mudamos.”
João Simões de Almeida

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Entidades envolvidas: 16+5

SGPCM – Secretaria Geral da Presidência de Conselho de Ministros
GPM – Gabinete do Primeiro Ministro
GMEDN – Gabinete do Ministro de Estado e da Defesa Nacional
GMAP – Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares
GMP – Gabinete do Ministro da Presidência
GMAPM – Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro Ministro
GSEPCM – Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros
GSEAMP – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Presidência
GSEJD – Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e Desporto
UMIC – Unidade de Missão Inovação e Conhecimento
CEGER – Centro de Gestão da Rede Informática do Governo
CEJUR – Centro Jurídico
ACIME – Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas
CNECV – Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
CSICT – Conselho Superior de Informação – Comissão Técnica

Novas adesões:

SSPCM – Serviços Sociais da Presidência de Conselho de Ministros
CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres
GNS – Gabinete Nacional de Segurança
INSCOOP – Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo
IPJ – Instituto Português da Juventude

Âmbito do Piloto:

- 5% das despesas do Ministério
- Categorias: material de escritório, consumíveis de informática e material informático

Nº de negociações efectuadas 2
Volume total negociado 174.279 €
Poupança total 56.627 €
Poupança média 32%
Nº de utilizadores da plataforma electrónica: 110

Prestador de Serviços: Tradeforum

Categoria negociada	Quantidade negociada	Poupança obtida	Data da negociação
Negociação de Equipamentos Informáticos	75	27%	13-04-2004
Papel Branco A4	42.450	35%	17-02-2004

“A adesão dos fornecedores ao sistema é fundamental para o êxito das compras electrónicas. Entendendo-se essa adesão não só na utilização das novas tecnologias mas também no cumprimento das regras acordadas, nomeadamente, prazos de entrega, etc.”

Jorge de Sousa

“Os principais impactos identificam-se ao nível qualitativo, com redução de tarefas administrativas redundantes, maior celeridade e exactidão no processo de compra, diminuição da duração do processo e dos custos de comunicação pela automatização do fluxo de aprovação e de envio ao fornecedor.”

Maria do Céu Sobral

Decisor político:
Dr. Jorge de Sousa

Directora de projecto:
Dr.ª Maria do Céu Sobral

03.2

LEILÃO AUTÁRQUICO

Leilão autárquico

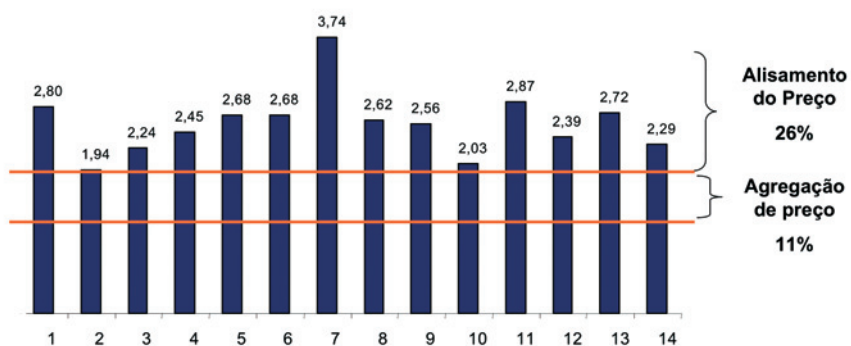
O primeiro leilão autárquico electrónico de compras agregadas decorreu no dia 20 de Dezembro de 2004 em Viseu, uma iniciativa inserida na comemoração do primeiro ano do projecto Viseu Digital. A organização do leilão esteve a cargo da Lusitânia (Agência de Desenvolvimento Regional), que agrupou as necessidades de compra de papel de mais de uma dezena de municípios da região de Viseu.



Viseu, 20 de Dezembro de 2004, primeiro leilão autárquico para aquisição de papel, com poupanças de 37%.

O esquema abaixo descreve as poupanças obtidas para o primeiro lote de compras (papel A4 e A3 branco). Na primeira fase as várias propostas de preço alinharam pela de valor mais baixo (1,94€). Este efeito, designado de alisamento de preço, representou uma poupança cerca de 26%. Na segunda fase, o agrupamento das ordens de compras dos vários municípios, deu origem a uma poupança de preço adicional de 11%. Este efeito é designado de poupança de agregação. Os dois efeitos conjugados permitiram um ganho de eficiência de 37 por cento.

POUPANÇA - LOTE I - PAPEL A4 BRANCO DE 80 gr



“Implementação de projectos como o nosso Programa Autárquico de Compras Electrónicas em que, mais que agregar a procura de um bem, foi possível demonstrar a forte capacidade de trabalhar em rede no seio de um grupo constituído por mais de quarenta pessoas, com vista à participação activa neste projecto de mudança.”

Marina Leitão, Presidente da Lusitânia (Agência de Desenvolvimento Regional)

PROJECTOS PILOTO

CONCURSOS PÚBLICOS ELECTRÓNICOS

03.3

Em Outubro de 2004, a Direcção Geral da Administração da Justiça (DGAJ) lançou um Concurso Público para aquisição de serviços de limpeza para organismos do Ministério da Justiça. Possivelmente este terá sido o primeiro procedimento de aquisição de serviços realizado inteiramente através de uma ferramenta electrónica na Administração Pública.

Este procedimento, foi enquadrado no conjunto de outros projectos-piloto promovidos pela UMIC onde se pretende testar ferramentas electrónicas de concursos públicos electrónicos, foi efectuado com o suporte à ferramenta ETHICS.

O ETHICS, baseado em tecnologia IBM e em utilização pelo Governo Dinamarquês há 7 anos, é uma ferramenta electrónica de gestão de procedimentos de aquisição que cobre todas as fases do processo de concursos, nomeadamente: planeamento do concurso, elaboração e publicação de documentos concursais, publicação de anúncio, pedidos e respostas a esclarecimentos, recepção, abertura e avaliação de propostas, adjudicação e gestão de contratos.

Outras duas ferramentas com o mesmo fim (a primeira resultante do agrupamento das empresas Vortal, Tradecom, PMELink e Multicert e a segunda resultante do agrupamento das empresas Bizdirect, Link Consulting e Oracle) serão testadas em mais 14 novos procedimentos.

As ferramentas electrónicas em utilização nos projectos piloto estarão disponíveis no Portal das Compras Públicas (www.compras.gov.pt).

Neste momento decorrem 3 procedimentos: A Direcção Geral do Património pretende actualizar o acordo-quadro para a aquisição de equipamento informático, o Instituto de Emprego e Formação Profissional pretende adquirir estantes móveis de arquivo e o Instituto Ricardo Jorge pretende adquirir serviços de segurança e vigilância. Os dois primeiros são concursos públicos internacionais e como visam a aquisição de bens serão os primeiros a decorrer recorrendo somente a meios electrónicos.



DGAJ - Direcção Geral da Administração da Justiça, Av. 5 de Outubro, 17 de Novembro de 2004, primeiro acto público de um concurso electrónico, para aquisição de serviços de limpeza nos tribunais.

Compras.gov.pt

Procedimento Electrónico Aberto: CONCURSO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE L

Anúncio de Concurso

Registo	Diário n.º : 250 de 2004-10-23
Entrar	Página(s) : 23759 a 23760
Visão Externa Procedimento	Texto : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Hora Servidor A aguardar hora do servidor.	Direcção-Geral da Administração da Justiça ANÚNCIO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO
Lim. Esclarecimentos 17:30:00 29-10-2004	Obras [] Fornecimentos [] Serviços [X]
Lim. Procedimento 17:30:00 08-11-2004	O procedimento está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)? NÃO [X] SIM []
	SECCÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE Organismo: Direcção-Geral da Administração da Justiça À atenção de DSAG - Secção de Patrim. Endereço: Avenida 5 de Outubro, 125 Código postal: 1069-044 Localidade/Cidade: Lisboa País: Portugal Telefone: 217906200 Fax: 217906238 Correio electrónico: correio@dgaj.mj.pt Endereço internet (URL): procedimentos.c
	I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS Indicado em I.1 [X]
	I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO Indicado em I.1 [X]
	I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO Indicado em I.1 [X]
	I.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE Governo central [X] Instituição Europeia [] Entidade municipal [] Órgão de decisão pública [] Outro []

The image features a teal background with a large, semi-transparent arrow pointing to the right. The arrow is composed of several overlapping, slightly offset layers of teal and green, creating a sense of depth and movement. The text "Para saber mais" is positioned in the lower-left quadrant of the page, rendered in a white, italicized sans-serif font. A small grey rectangular tab is visible on the right edge of the page.

Para saber mais

04.



04.1

LINKS ÚTEIS

Associações Profissionais de Compras

Nome	Link
Australian Institute of Purchasing and Materials Management Ltd (AIPMM)	http://www.aipmm.com.au
Purchasing Management Association of Canada (PMAC)	http://www.pmac.ca/
Dansk Indkøbs- og Logistikforum (DILF)	http://www.dilf.dk/
Compagnie des Dirigeants d'Approvisionnement et Acheteurs de France (CDAAF)	http://www.cdaf.asso.fr/
Bundesverband Materialwirtschaft, Einkauf und Logistik e.V. (BME)	http://www.bme.de/
Institute of Purchasing and Supply Hong Kong (IPS-HK)	http://www.ipshk.org/
Irish Institute of Purchasing and Materials Management (IIPMM)	http://www.iipmm.ie
Associazione Italiana di Management degli Approvvigionamenti (ADACI)	http://www.adaci.it
Asociación de Profesionales en Compras, Abastecimiento y Logística A. C. (APROCAL)	http://www.aprocal.org.mx
New Zealand Institute of Supply Chain Management (NZ ISCM)	http://www.nziscm.com/
Associação Portuguesa de Compras e Abastecimento (APCADEC)	http://www.apcadec.org.pt/
Asociación Española de Responsables de Compras y de Existencias (AERCE)	http://www.aerce.org/
Chartered Institute of Purchasing and Supply (CIPS)	http://www.cips.org
International Purchasing and Supply Education and Research Association (IPSEERA)	http://www.ipsera.org/
Institute of Supply Management (ISM)	http://www.ism.ws/
National Association of State Procurement Officials (NASPO)	http://www.naspo.org/
National Institute of Governmental Purchasing Inc. (NIGP)	http://www.nigp.org/

Universidade e Centros de Investigação

Nome	Sub nome	Link
Instituto Nacional de Administração	Diploma de Especialização em Aquisição Pública de Bens e Serviços (DEAP)	http://www.ina.pt/programa/2004/area1.pdf
CAPS Research	Center for Advanced Purchasing Studies	http://www.capsresearch.org
ASCET	Achieving Supply Chain Excellence through Technology	http://www.ascet.com/
Insead	Executive Education - Supply Chain Management (SCM)	http://www.insead.edu/executives/scm.cfm
Bordeaux Ecole de Management	Institut du Management de l'Achat Industriel (IMAI)	http://www.mai.bordeaux-bs.edu
University of Twente	Center for Production, Logistics and Operations Management (CPLM)	http://www.cplm.utwente.nl/
University of Glamorgan	All Wales Purchasing and Supply Applied Research Unit (PASARU)	http://www.glam.ac.uk/bus/Research/ResUnits/PASRU/WPASARU.php
University of Glasgow	Centre for Supply Chain Management (CSM)	http://www.cscm.org.uk/
The Birmingham Business School	Centre for Business Strategy and Procurement (CBSP)	http://bss2.bham.ac.uk/business/page539.htm
University of Bath	Centre for Research in Strategic Purchasing and Supply (CRISPS)	http://www.bath.ac.uk/crisps/home.htm

LINKS ÚTEIS

Nome	Link
Supply Management	http://www.supplymanagement.com/
The Magazine of Total Supply Chain Management	www.purchasing.com
Journal of Purchasing & Supply Management	http://www.elsevier.com/locate/pursup
Supply Chain Management: An International Journal	http://www.mcb.co.uk/scm.htm
International Journal of Physical Distribution and Logistics Management	http://www.mcb.co.uk/ijpdlm.htm
Logistics Information Management	http://www.mcb.co.uk/lm.htm
International Journal of Operations and Production Management	http://www.mcb.co.uk/ijopm.htm
The Journal of Supply Chain Management	http://www.ism.ws/Pubs/journalscm/index.cfm

Outras fontes de informação

Revistas internacionais

Nome	Link
Harvard Business Review	http://harvardbusinessonline.hbsp.harvard.edu/
McKinsey Quarterly	http://www.mckinseyquarterly.com/
The Economist	www.economist.com
Sloan Management Review	http://mitsloan.mit.edu/smr/index.html

Recursos na Internet

Nome	Link
O portal legal de Comércio Electrónico	www.ebusinesslex.net/
The European e-Business Market Watch	www.ebusiness-watch.org/
Comercio Electronico Global	www.e-global.es/
B2Business – The network for B2B professionals	www.b2business.net
Forrester Research	www.forrester.com
Gartner, Inc.	www.gartner.com
Aberdeen Group, Inc	www.aberdeen.com
IDC	www.idc.pt
Line56 – The E-business executive daily	www.line56.com
ZDNet	www.zdnet.com
CommunityB2B	www.communityb2b.com
SILICON	http://www.silicon-et.pt/
Vector21	www.vector21.pt

LINKS ÚTEIS

União Europeia

Nome	Link
O portal da União Europeia	http://www.europa.eu.int/
Direcção Geral da Sociedade da Informação	http://www.europa.eu.int/information_society
Direcção-Geral da Empresa -	http://europa.eu.int/comm/enterprise
Direcção-Geral do Mercado Interno	http://www.europa.eu.int/comm/internal_market/
Sistema de Informação Comunitário sobre Pesquisa e Desenvolvimento (CORDIS)	http://www.cordis.lu/
<i>Système d'Information pour les Marchés Publics (SIMAP)</i>	http://simap.eu.int/
Suplemento do Jornal Oficial da Comunidade Europeia	http://ted.publications.eu.int

Organizações Internacionais

Nome	Link
Organisation for Economic Co-operation and Development (OCDE)	http://www.oecd.org
United Nations Online Network in Public Administration and Finance (UNPAN)	http://www.unpan.org/index.asp
UNESCO - Observatory of the Information Society	http://www.unesco.org/webworld/observatory/index.shtml
The World Bank Group	http://www1.worldbank.org/publicsector
World Trade Organization	http://www.wto.org/english/tratop_e/gproc_e/gproc_e.htm

Sites Governamentais

Europa

Nome	Sub nome	Link
Alemanha	Portal de Compras do Governo Alemão	http://www.bescha.bund.de/
Irlanda	Portal de Compras do Governo Irlandês	http://www.etenders.gov.ie
Espanha	Portal do Cidadão do Governo Espanhol	http://www.administracion.es/portadas/index.html
Bélgica	Portal de Compras do Governo Belga	http://www.jepp.be
França	Portal de Compras do Governo Francês	http://www.e-marchespublics.com/
Inglaterra	Portal de Compras do Governo Inglês	http://www.ogc.gov.uk
Escócia	Portal de Compras do Governo Escocês	http://www.scotland.gov.uk/procurement/about.asp
Itália	Portal de Compras do Governo Italiano	http://www.acquistinretepa.it
Noruega	Portal de Compras do Governo Norueguês	http://www.ehandel.no
Dinamarca	Portal de Compras do Governo Dinamarquês	http://www.doip.dk
Suécia	Portal de Compras do Governo Sueco	http://www.statskontoret.se/
Finlândia	Portal de Compras do Governo Finlandês	http://www.hansel.fi/

Resto do mundo

Nome	Sub Nome	Link
Estado de Queensland	Portal de Compras do Governo de Queensland	http://www.qgm.qld.gov.au/
Estado da Austrália Ocidental	Portal de Compras do Governo da Austrália Ocidental	http://www.gem.wa.gov.au/Gem
Brasil	Portal de Compras do Governo Federal Brasileiro	http://www.comprasnet.gov.br/
Canadá	Portal de Compras do Governo do Canadá	http://www.merx.com/
Chile	Portal de Compras do Governo do Chile	http://www.chilecompra.cl
EUA	Portal de Compras do Governo Federal dos EUA	http://www.fedbizopps.gov/
Estado de Maryland	Portal de Compras do Governo do Estado de Maryland	http://www.emarylandmarketplace.com
México	Portal de Compras do Governo do México	http://www.compranet.gob.mx
Singapura	Portal de Compras do Governo de Singapura	http://www.gebiz.gov.sg/

LINKS ÚTEIS

Incentivos às empresas

Nome	Link
Programa de Apoio à Modernização Empresarial (PRIME)	http://www.poe.min-economia.pt/Prime/
Incentivos geridos pela Agência de Inovação (NEST, IDEIA, DEMTEC, NITEC, Mestres e Doutores nas Empresas e NEOTEC)	http://www.adi.pt/
Incentivos geridos pelo IAPMEI	http://www.iapmei.pt/
Programa Operacional Sociedade da Informação/Sociedade do Conhecimento	http://www.posi.pcm.gov.pt/
Programa Operacional dos Açores	http://www.ccr-raa.pt/
Programa Operacional do Alentejo	http://www.ccr-alt.pt/
Programa Operacional do Algarve	http://www.ccr-alg.pt/
Programa Operacional do Centro	http://www.ccr-c.pt/
Programa Operacional do Norte	http://www.ccr-n.pt/
Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo	http://www.ccr-lvt.pt/
Programa Operacional da Madeira	http://www.ifc-madeira.gov.pt/pt/
Programa Operacional Ciência e Inovação	http://www.poci.pt/
Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social	http://www.poefds.pt/

Compras com suporte electrónico na Administração Pública

Nome	Link
Hospital Distrital de Lamego	http://www.hdl.pt/pub/index_1.htm
Instituto das Estradas de Portugal (IEP)	http://www.iestradas.pt/concursos/

Associações

Nome	Link
Associação do Comércio Electrónico em Portugal (ACEP)	http://www.portugalacep.org
Associação Portuguesa de Logística	http://www.aplog.pt/
Associação Portuguesa da Qualidade	http://www.apq.pt
Associação para a Certificação de Produtos	http://www.certif.pt/
Associação Industrial Portuguesa (AIP)	http://www.aip.pt
Associação Empresarial de Portugal (AEP)	http://www.aeportugal.pt/

Prestadores de Serviços B2B

Nome	Link
Iwaytrade	http://www.iwaytrade.com
Tradeforum	http://www.tradeforum.pt
BizDirect	http://www.bizdirect.pt
e-constroi	http://www.tradeforum.pt
PMELink	http://www.pmelink.pt



04.2

GLOSSÁRIO

Agregações: Forma de negócio que permite concentrar intenções de compra ou de venda, potenciando o aumento de poder negocial e melhorias de condições comerciais, que os organismos/entidades não teriam isoladamente no mercado.

ASP (Application Service Provider) Fornecedor de aplicações *on line*, que possibilita o aluguer de aplicações evitando a necessidade de compra de serviços como leilões, trocas comerciais e agregações de catálogos.

Assinatura Digital Trata-se de uma assinatura que permite a identificação inequívoca do autor de um documento electrónico, satisfazendo os elevados níveis de qualidade definidos pelas autoridades nacionais. Estas assinaturas são emitidas pelas entidades de certificação, que satisfazem os requisitos da Directiva 1999/93/CE.

B2B (Business-to-Business) Comércio electrónico que engloba uma vasta gama de actividades, tais como emitir facturas e ordens de compra entre os parceiros do mesmo sector, ter uma presença *on line* e disponibilizar serviços a outras empresas

B2C (Business-to-Consumer) Actividades do comércio electrónico direccionadas para a venda de bens e serviços aos consumidores finais.

B2E (Business-to-Employee) Os portais B2E constituem uma importante ferramenta para gestão da cultura interna da empresa, agilização de processos administrativos de gestão de pessoal e incremento da qualidade de vida e motivação dos colaboradores.

B2G (Business-to-Government) O B2G permite a automatização das interacções entre o Governo e as empresas através da Internet, abrangendo e agilizando processos da Administração Pública e Autarquias Locais na resposta a solicitações das empresas.

Backup Fazer uma cópia de dados importantes num suporte de armazenamento diferente por questões de segurança.

Banner São anúncios publicitários na Internet.

Benchmarking: Análise e comparação de dados relativos a produtos, serviços, processos ou sectores, de forma a identificar as melhores práticas de negócio.

Bid (Licitar) Intenção de comprar ou vender uma quantidade específica de um artigo por um determinado preço.

Bluetooth Tecnologia de ligação via rádio de curto alcance e baixo custo entre *laptops*, telefones móveis, pontos de acesso de redes e outros dispositivos. Pode substituir cabos e ser usado para criar redes à medida e fornecer uma forma padrão para ligar dispositivos em qualquer parte do mundo.

Browser Programa cuja utilidade fundamental é utilizar páginas web, os mais conhecidos são o Netscape e o Internet Explorer.

Cadernos de Encargos Conjunto de documentação técnica, da responsabilidade da entidade emissora do concurso, contendo todas as normas e especificações essenciais à apresentação de propostas para licitações.

Catálogos electrónicos Informação dos produtos de determinada empresa, em formato digital e normalizado, de forma a permitir pesquisar, seleccionar e comparar produtos nas transacções *on line*.

Certificados Digitais Os certificados digitais são ficheiros de dados usados para estabelecer a identidade de pessoas e de recursos electrónicos na Internet. Os certificados possibilitam comunicações seguras e são usados frequentemente para proteger as transacções *on line*.

Ciclo de Aprovação ver *Workflow*

Comércio Electrónico Todas as formas de transacções comerciais, envolvendo tanto organizações como indivíduos, que se baseiam no processamento e transmissão de dados por via electrónica, incluindo texto, som e imagem.

Cookie Ficheiro auxiliar utilizado para guardar e transferir informação entre aplicações.

CPV (Common Procurement Vocabulary) estabelece um sistema único de classificação para as compras públicas e têm como objectivo a padronização das referências que são utilizadas para descrever o objecto dos contractos de aquisição na União Europeia.

CRM (Customer Relationship Management) Uma combinação integrada de ferramentas de *software*, processos e pessoas que permitem à uma empresa gerir todo o contacto com clientes e potenciais clientes, garantindo a obtenção de vantagens através da personalização de serviços e *marketing* dirigido.

Data Center Centro de armazenamento central de dados e aplicações. Refere-se ao conjunto de computadores/servidores principais onde se encontram alojadas aplicações de *software* e as suas bases de dados.

E-Business Um termo que, no sentido mais amplo, refere-se ao uso da Internet para actividades económicas. Este termo inclui tanto o comércio electrónico como outras actividades comerciais que podem ser realizadas através da Internet.

E-Commerce Termo internacionalmente utilizado para o comércio electrónico.

E-Government Também chamado de Governo Electrónico, refere-se à automação das interacções governo-cidadão e governo com governo através de plataformas electrónicas.

E-Learning Todo o tipo de aprendizagem realizado através da Internet.

E-marketplace Horizontal Os *e-markets* horizontais procuram satisfazer necessidades comuns à grande maioria das empresas, independentemente do seu sector, e são caracterizados sobretudo por possuir nos seus catálogos, artigos indirectos ou serviços de interesse para a generalidade das empresas, independentes dos sectores de actividade onde actuem.

E-marketplace Plataformas tecnológicas com base na Internet, que incluem vários compradores e vários vendedores, onde um intermediário fidedigno coloca funcionalidades de negócio à disposição de empresas registadas.

E-marketplace Vertical nos *e-markets* verticais são transaccionados todos os materiais que integram a cadeia de produção de um determinado sector de actividade, como, por exemplo, o sector automóvel ou a indústria do calçado.

Encriptação Método utilizado por questões de segurança para codificar informação através de uma série de cálculos iniciados com uma chave secreta, em que a informação resultante deste processo é indecifrável.

E-Procurement Aplicação para a gestão de compras numa determinada organização, via Internet, que pode permitir a automatização dos processos de aprovisionamentos de produtos e serviços, desde a requisição até o pagamento.

ERP (Enterprise Resource Planning) *Software* de gestão que integra todos os departamentos e funções de uma organização num único sistema informático que pode servir necessidades específicas de todos os departamentos. Sistema integrado que trabalha, normalmente apenas com uma base de dados, para que os vários departamentos de uma organização possam partilhar a mesma informação

Ethernet Meio de comunicação normalizado que interliga computadores pessoais, servidores e impressoras.

Extranet Rede privada acessível via Web para utilizadores externos, que acedem para obter informação tal como listas de inventário, informação de empregados ou pesquisa. A *Extranet* usa a Internet como sistema de transmissão, mas normalmente exige *password* para se ter acesso.

FAQ (Frequently Asked Questions) Consiste numa lista com as perguntas mais frequentes e respectivas respostas sobre determinado assunto

Firewall *Hardware* ou *software* que se interpõe entre duas redes com a finalidade de proteger a rede, impedindo o acesso de utilizadores indesejados e a passagem de mensagens para receptores específicos externos a essa mesma rede.

Hacker Indivíduo não autorizado que penetra um sistema de computadores para desviar ou destruir dados.

Homepage Página de entrada num determinado site. Usualmente a página

principal, de referência da entidade responsável pelo site.

Internet Colecção de redes e *gateways* que usam o conjunto de protocolos TCP/IP desenhado para o uso do público em geral.

Intranet Site interno que serve os empregados de uma empresa ou organização. As páginas de uma Intranet podem estar ligadas à Internet e utilizar os seus protocolos de comunicação, mas habitualmente não podem ser acedidas por utilizadores externos.

ISP (Internet Service Provider) Empresa que fornece acesso a utilizadores e empresas à Internet.

Java Linguagem de programação orientada para objectos e independente da plataforma. Desenvolvida pela Sun Microsystems, permite aos programadores criar aplicações que possam correr em qualquer computador ou sistema operativo.

LAN (Local Area Network) Sistema de conexão de computadores para formar uma rede, normalmente com um esquema de cabos de linha telefónica. As LANs ligam computadores pessoais e outros equipamentos electrónicos de escritório.

Largura de Banda Refere-se à capacidade de transmissão de uma linha de comunicações electrónica, como a do telefone, que liga um computador individual à Internet através de um fornecedor de serviços de comunicações. As taxas de transmissão são medidas através da quantidade de bits de dados que podem atravessar a linha por segundo.

Leilão FPSB (First Price Sealed Bid) É um leilão fechado, em que os compradores submetem uma proposta que dão a conhecer apenas ao vendedor; não há mais iterações, ganhando o comprador que ofereceu a proposta mais elevada, que deve pagar o valor que anunciou.

Leilão Holandês O vendedor anuncia um preço de venda para o objecto substancialmente maior do que qualquer licitador estará disposto a pagar e vai decrescendo esse valor gradualmente, até que o licitador aceite pagar o valor actual.

Leilão Inglês É o tipo de leilão mais comum e é utilizado para bens com especificações simples, em que os licitadores têm de superar a melhor proposta realizada até ao momento. Existe um tempo limite para o leilão vencendo a última licitação aceite.

Leilão Inverso (Reverse Auction) Tipo de leilão em que os compradores expõem a sua necessidade por um produto ou serviço, e os fornecedores licitam para preencher essa necessidade. Ao contrário de um leilão tradicional, os preços só descem.

Leilão Tradicional (Forward Auction) Tipo de leilão em que os fornecedores levam a leilão os seus produtos e serviços e apelam à participação de empresas compradoras.

GLOSSÁRIO

Leilões São procedimentos de negócios formalizados nos quais a interação entre os participantes é regida por regras específicas, sendo os leilões *on line* um caso especial de negociações automatizadas

Link Palavra, expressão ou imagem de um *site* que, quando “clorada”, nos leva ao texto ou área desejados.

Login É um nome de registo dado ou escolhido pelo utilizador para que possa aceder a um serviço específico.

Mercado Horizontal Mercado de comércio electrónico entre empresas onde são transaccionados produtos e serviços que não dizem directamente respeito à actividade operacional da empresa compradora (os chamados bens indirectos).

Mercado Privado Mercado de comércio electrónico de uma empresa com os seus clientes e os seus fornecedores. Estes mercados permitem criar uma forte integração da cadeia de valor da empresa e otimizar a capacidade de colaboração com os seus fornecedores e clientes.

Mercado Vertical Mercado de comércio electrónico entre empresas pertencentes a um sector de actividade *específico*, onde são transaccionados bens directos.

MRO (Maintenance, Repair, and Operating equipment) Bens ou serviços não afectos à actividade operacional da empresa, tais como material de escritório, serviços de viagens ou computadores.

Negócio Electrónico ver *e-business*

Ordem de Compra Após escolha do produto/serviço, o comprador emite uma requisição que, após processo de aprovação (visualizado na aplicação) tornar-se-á numa ordem de compra enviada ao respectivo fornecedor.

Outsourcing Contratação de uma função ou área de suporte ao negócio da organização a uma entidade externa, que assume a responsabilidade da sua gestão e manutenção.

Password Palavra chave secreta dada ao utilizador para que este possa aceder, com segurança, a todas as funcionalidades e aplicações a que tem direito.

Pedido de Licitação ver RFB

Pedido de Proposta ver RFP

Portais Empresariais Um portal empresarial integra aplicações internas, com o correio electrónico, bases de dados de acesso e gestão de documentos, com aplicações externas, como serviços de notícias e outros sites. É uma *interface* baseada na Web que dá aos utilizadores acesso a todas aquelas aplicações através do seu PC.

Portal Site que se diferencia dos restantes, por disponibilizar motores de busca e directórios de acesso a outros *web sites*.

Protocolo Conjunto de regras que permitem que os computadores se liguem uns aos outros, ao especificar o formato, altura certa, sequência e verificação de erros para a transmissão de dados.

Reengenharia Utilização das tecnologias de informação para aumento de produtividade e redução de custos. A sua maior premissa é examinar os objectivos de uma organização e proceder a uma reconfiguração profunda dos processos de trabalho e negócios existentes.

Report Relatório ou actividade de prestar contas a terceiros, internamente ou externamente.

Requisição Ver Ordem de Compra

RFB (Request for Bid) Convida os fornecedores a indicar um preço para determinado produto ou serviço.

RFP (Request for Proposals) Convida os fornecedores a submeterem uma proposta para produtos ou serviços necessários de uma companhia ou entidade pública.

Servidor Um computador na rede capaz de reconhecer e responder aos pedidos de serviços dos clientes.

Single Sign-on Representa a possibilidade de um utilizador aceder a todas as aplicações a que tem acesso, através de um único *login* e *password*.

Site Local na Internet, vulgarmente uma página de acesso a serviços, informação, etc.

Standard Algo que é padrão de uso, quer de uma indústria quer de uma aplicação. Igualmente referido a algo já fornecido e que não requer modificações, geralmente numa aplicação de *software*.

Strategic Sourcing Processo de determinação do fornecedor apropriado para o abastecimento de materiais e serviços.

Supply Chain Management Estas soluções destinam-se a interligar todas as entidades que constituem a cadeia de produção, logística e distribuição de bens e serviços fornecedores de matérias-primas, fabricantes, distribuidores, revendedores, etc.), permitindo graus de automatização das transacções e de controlo do fluxo dos materiais e de informação bastante sofisticados.

TCP/IP (Transmission Control Protocol/Internet Protocol) Conjunto de protocolos de rede que permitem que computadores com diferentes arquitecturas e sistemas operativos comuniquem com outros computadores na Internet.



UN/SPSC (United Nations / Standard of Products and Services Codes) O sistema de codificação UN/SPSC é um *standard* global e aberto que disponibiliza uma organização lógica para a classificação de produtos e serviços que visa responder a três necessidades principais das empresas: identificação de fornecedores, análise de custos e reconhecimento de produtos e serviços.

Upload Carregamento de dados num determinado sistema informático.

User Interface A parte de uma aplicação que o utilizador final vê no ecrã e com que trabalha para operar a aplicação, como por exemplo menus, formulários e “botões”.

WAN (Wide Area Network) Sistema de conexão de computadores para formar uma rede, normalmente com um esquema de cabos de linha telefónica. As WANs ligam computadores pessoais e outros equipamentos electrónicos de escritório para além da área física de uma LAN. Geralmente é composta por uma LAN à qual se adicionaram acessos por telecomunicações móveis.

Web (World Wide Web) Função da Internet que permite aceder local e remotamente a documentos. O documento Web é apelidado de página Web, e permite que os utilizadores saltem por entre as diferentes páginas existentes, quer estejam no mesmo servidor ou em qualquer outro espalhado pelo mundo.

Workflow Fluxo de trabalho. Geralmente usado para designar processo de aprovação ou cadeia de intervenientes em dado processo.

XML (Extensible Markup Language) Formato de documentos emergente na Web, mais flexível que o formato *standard* do HTML. O XML descreve virtualmente quaisquer dados num documento e pode ser usado para aplicações específicas, permitindo que páginas Web funcionem como registos de bases de dados.

04.3

PERGUNTAS FREQUENTES

SOBRE O PORTAL COMPRAS.GOV.PT

O que é o Compras.gov.pt?

O Portal das Compras Públicas pretende ser uma ferramenta para todos os intervenientes no mercado de compras públicas: os compradores (a Administração Pública) e os fornecedores. Disponibiliza um conjunto de serviços e informações de relevo ao nível das compras públicas, mantendo todos os intervenientes informados sobre as iniciativas e projectos em curso.

É um Portal informativo ou transaccional?

Nesta primeira fase o Portal das Compras Públicas é essencialmente informativo. Futuramente passará também a ser transaccional. Isso acontecerá à medida que for sendo implementado o modelo tecnológico para as compras públicas, do qual Portal compras.gov.pt constituirá a porta de entrada das ferramentas de suporte.

Que informações posso encontrar no Portal das Compras Públicas?

O portal está organizado em 6 grande áreas de informação: Programa Nacional, Aprovisionamento Público, Actualidades, Legislação, Projectos e Saber Mais. Oferece um conjunto alargado de informações - desde os anúncios de aquisição publicados no Diário da República às informações de todos os projectos em curso nesta área.

Como posso contactar o Compras.gov.pt?

O Compras.gov.pt aposta na interactividade com os cidadãos, Administração Pública ou fornecedores. Com este objectivo foi criado o serviço contactenos, onde poderá encaminhar a sua dúvida, sugestão ou crítica relativamente ao Portal das Compras Públicas ou qualquer dos projectos em curso no âmbito do PNCE.

A que serviços poderei ter acesso na área reservada do Compras.gov.pt?

O Compras.gov.pt disponibiliza na sua área reservada a possibilidade de subscrever a newsletter, podendo assim receber confortavelmente na sua caixa de correio electrónico as notícias relativas a vários temas actuais do PNCE. Para além da Newsletter poderá também subscrever os alertas de anúncios, recebendo assim na sua caixa de correio electrónico os anúncio da(s) categoria(s) e/ou entidade(s) seleccionadas aquando a subscrição.

Quais os dados que preciso facultar para ter acesso à área reservada?

Para ter acesso à área reservada do Compras.gov.pt terá apenas de submeter um endereço de e-mail válido. Após a sua submissão, receberá no e-mail indicado uma palavra chave de sistema e um link para activar o serviço. Nessa altura deverá alterar a palavra chave para uma à sua escolha.

Ao preencher o pré-registo significa que nada mais é necessário para constar do Registo Nacional de Fornecedores?

O pré-registo e o Registo Nacional de Fornecedores são dois registos diferentes. Enquanto que o primeiro, é um serviço disponibilizado no portal e tem apenas como objectivo permitir às empresas portuguesas dar a conhecer os seus contactos e ramos de actividade às entidades da Administração Pública, o segundo pretende qualificar os fornecedores sendo um garante da viabilidade das empresas nele registados de poderem ser fornecedores da AP, simplificando os processos concursais.

De qualquer forma os fornecedores que se pré-registarem no Compras.gov.pt verão a sua empresa na lista de fornecedores que será consultada no

portal pelas entidades da AP aquando da necessidade de ser efectuada uma consulta ao mercado, ou simplesmente encontrar um fornecedor que possa fornecer um produto específico.

SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS

Quais foram as principais poupanças obtidas nos projectos pilotos de compras electrónicas?

As poupanças de preço conseguidas nos oito projectos-piloto (em 14 meses) pelo efeito da agregação alcançaram cerca de 3 milhões de euros. Este valor traduz apenas o diferencial entre os preços de abertura das negociações e os preços de fecho. No entanto, a definição dos preços de abertura das negociações já garante à partida poupanças médias de cerca de 10% a 15% (efeito de alisamento do preço).

Além das poupanças pelo efeito de alisamento do preço e pelo efeito da agregação, deverá ser chamada a atenção para todas as poupanças de tempo e de custos administrativos conseguidas através da reestruturação de todo o processo aquisitivo.

O que sucederá depois dos projectos-piloto terem terminado? Quem irá financiar esses projectos?

Os oito projectos-piloto terminaram recentemente. Os ministérios envolvidos estão a iniciar a fase de generalização das compras electrónicas a todas as entidades sobre a sua tutela e a todas as categorias transversais, criando as Unidades Ministeriais de Compra. Os Ministérios da Educação, da Segurança Social, da Família e da Criança, da Justiça e o das Obras Públicas, Transportes e Comunicações aprovaram já a constituição das suas Unidades Ministeriais de Compras, entidades que visam a gestão centralizada do processo de negociação ministerial.

O financiamento destes projectos para o ano de 2005 será assegurado pelo Plano Operacional para a Sociedade de Informação (POSI), que assegurará até 75% do investimento necessário, sendo o montante total desta linha de financiamento de 3,5 milhões de euros.

Qual o volume de investimento estimado para a implementação de todo o PNCE?

Até ao momento o maior investimento efectuado na implementação do PNCE está relacionado com o desenvolvimento dos projectos piloto de compras electrónicas cujo montante total rondou os 900 mil euros, sendo que, deste investimento resultou poupanças de cerca de 3 milhões de euros.

Para o ano de 2005, para a continuação da construção da infraestrutura tecnológica de suporte ao PNCE está orçamentado um investimento ao nível central de 3,5 milhões de euros, tendo sido ainda aprovada uma linha de financiamento no POSI, de 3,5 milhões de euros, para financiar:

- os novos projectos piloto dos restantes 8 Ministérios que vão aderir às compras públicas electrónicas;
- a continuidade dos 8 projectos piloto, agora transformados em projectos de generalização.

Porque é que se optou por recorrer aos prestadores de serviço B2B em vez de se investir no desenvolvimento da infraestrutura de suporte ao PNCE?

Caso se tivesse optado por adquirir toda a estrutura tecnológica de suporte ao PNCE, estaríamos a falar de um elevado nível de investimento inicial com um prazo de implementação superior a um ano. Tal significaria que provavelmente, ainda hoje estaríamos a desenvolver esta super estrutura tecnológica sem resultados práticos.

A Administração Pública está agora mais conhecedora das necessidades para a reestruturação dos processos aquisitivos e mais motivada para influenciar a construção de uma infraestrutura tecnológica de suporte ao PNCE.

Quais as principais ferramentas de suporte ao PNCE?

As principais ferramentas que darão corpo ao modelo tecnológico de suporte à implementação do Programa Nacional de Compras Electrónicas serão:

- Portal Compras.gov.pt: Será a porta de entrada para todos os sistemas de informação que irão completar o modelo das compras públicas.
- Registo Nacional de Fornecedores: Repositório central de fornecedores do Estado.
- Sistema de Gestão de Catálogos: Repositório central de Produtos e Serviços dos fornecedores do Estado que possibilita aos compradores do Sector Público efectuar a compra por catálogo.
- Ferramenta de Negociação Dinâmica: Ferramenta de apoio ao processo de negociação dinâmica (leilão electrónico).
- Ferramenta de concursos públicos: Ferramenta de apoio aos procedimentos aquisitivos que permite o acompanhamento electrónico de todas as fases e procedimentos de aquisição pública.
- Gestão transaccional: Assegura as transacções e comunicação com as ferramentas que compõe o sistema de compras da AP, através de um motor transaccional e de um conjunto de regras de interoperabilidade.
- Ferramenta de Planeamento e Agregação: Promove a eficiência do processo aquisitivo público através da optimização e automatização de processos no planeamento de necessidades de compras.
- Gestão de contratos: Repositório de contratos entre os organismos e os fornecedores, acerca do fornecimento de bens e serviços contratados.
- Sistema de Gestão de Informação de Compras: Recolhe e armazena a Informação de todos os processos e interacções referente a compras.
- Gateway de pagamentos: Ponto comum de acesso para transacções de carácter financeiro.

Durante a operacionalização dos projectos pilotos recorreu-se a ferramentas dos Prestadores de Serviço B2B na componente de catálogos electrónicos, da compra por catálogo e das Negociações Dinâmicas (Leilões).

Todos os fornecedores inscritos no RNF ficam de imediato qualificados como fornecedores do estado?

Esse é um dos grandes objectivos do RNF. Os fornecedores que se inscreverem, entregarem toda a documentação solicitada e virem o seu pedido de registo aprovado ficaram dispensados de apresentar novamente essa documentação sempre que pretendem concorrer aos procedimentos para aquisição da Administração Pública.

Quais as competências da Direcção Geral de Património e da UMIC em termos das compras públicas?

A DGP tem sido um parceiro precioso da UMIC no processo de implementação do PNCE. O modelo futuro para as compras públicas prevê a fusão das competências relativas ao aprovisionamento público da DGP e as competências da UMIC em termos das compras públicas electrónicas na Unidade Nacional de Compras, organismo sobre a tutela do Ministério das Finanças.



notas